

Relatório & Contas 2025



www.pay4all.ao

ÍNDICE

- 1.**
MENSAGEM CONJUNTA DO PCA E PCE
- 2.**
PRINCIPAIS REFERÊNCIAS
- 3.**
ORGÃOS SOCIAIS
- 4.**
DESTAQUES DO ANO 2025
- 5.**
AS NOSSAS SOLUÇÕES
- 6.**
GESTÃO DE RISCO
- 7.**
CAPITAL HUMANO
- 8.**
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO
E FINANCEIRO
- 9.**
APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- 10.**
RELATÓRIO DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO
- 11.**
PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE
- 12.**
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO
FISCAL

1.

**MENSAGEM
CONJUNTA PCA E PCE**



HÉLDER AGUIAR

PRESIDENTE DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO



NUNO VEIGA

PRESIDENTE DA COMISSÃO
EXECUTIVA

Estimados clientes, parceiros e colegas,

O ano de 2025 foi marcado pela consolidação institucional e operacional da Pay4all e por um crescimento sustentado, conforme demonstrado no presente Relatório e Contas.

Num contexto de mercado exigente, tanto a nível regulamentar como económico, e num equilíbrio constante entre expansão do negócio e reforço das funções de controlo interno, a Sociedade aprofundou os seus mecanismos de governação, consolidou processos e assegurou o alinhamento entre estratégia, risco e execução operacional. Estes pilares criaram as bases sólidas para um novo ciclo de crescimento.

A atividade da Pay4all estruturou-se em três pilares de negócio, é Kwanza, é+ e Soluções de Suporte Bancário, que sustentaram o desempenho global e reforçaram o posicionamento da Sociedade no ecossistema nacional de pagamentos.

O é Kwanza registou um crescimento robusto, atingindo cerca de 71 mil novos clientes, 17,4 mil milhões de Kwanzas em volume transacionado (+41,6% vs 2024) e aproximadamente 580 mil transações.

Este desempenho reflete a consolidação do modelo de proximidade iniciado em 2024 e a crescente adoção da carteira digital, reforçada pela integração com o sistema KWIK, que expandiu significativamente a interoperabilidade e impulsionou a receita do produto.



Adicionalmente, a introdução da oferta de crédito digital através da carteira é Kwanza marcou um passo estratégico de grande relevância, com mais de 885 créditos concedidos e 156 milhões de Kwanzas de volume, comprovando a capacidade da Sociedade de promover inclusão financeira responsável, uma linha de negócio que pretendemos ampliar em 2026.

A linha de negócio de aceitação, o é+, registou uma forte aceleração, atingindo 267 milhões de Kwanzas transacionados e um crescimento de faturação superior a 709%, com a integração de 125 novos comerciantes. Foram igualmente iniciados desenvolvimentos relevantes para fortalecer a integração no segmento de betting e com parceiros estratégicos na área de pagamentos.

Este desempenho confirma o é+ como infraestrutura tecnológica crítica para a digitalização de pagamentos no segmento empresarial.

As Soluções de Suporte Bancário afirmaram-se como um dos principais motores de receita e estabilidade operacional. Em 2025, a parceria com o BAI destacou-se pelos marcos alcançados: ativação de mais de 6.800 TPA, realização de cerca de 40 mil intervenções técnicas, gestão de 241 ATMs remotos e expansão dos serviços de tesouraria e processamento de numerário para 13 províncias.

Paralelamente, reforçámos a capacidade conjunta com vários parceiros para implementação de infraestruturas de autoatendimento, tanto contentorizadas (CATs) como de alvenaria, e na execução de projetos de elevada complexidade e forte impacto financeiro e operacional.

Os resultados apresentados confirmam a maturidade operacional da Pay4all e a sua capacidade de actuação como parceiro estratégico da banca angolana, especialmente no sistema de pagamentos.

Internamente, o pilar Pessoas assumiu particular importância. Em 2025 reforçámos o capital humano, passando a contar com cerca de 120 colaboradores, acompanhando o crescimento da atividade. Destacamos também o investimento contínuo em formação, sobretudo nas áreas de compliance, controlo interno e boas práticas operacionais.

No âmbito da governação e gestão de risco, a Pay4all consolidou um modelo prudente, com um nível de risco residual classificado como médio baixo, reforçando a confiança dos acionistas, clientes e restantes stakeholders e assegurando a sustentabilidade do negócio.

Em matéria de sustentabilidade e impacto social, a Pay4all manteve uma atuação activa na promoção da inclusão financeira e da literacia económica, com iniciativas em várias províncias e parcerias relevantes, incluindo o acordo com a Associação de Escuteiros de Angola, sempre pautada por práticas transparentes e alinhadas com as normas vigentes.



Do ponto de vista financeiro, o exercício de 2025 resultou num resultado líquido positivo de AKZ 1.232.932.062, comprovando a solidez financeira e capacidade de geração de valor da Sociedade.

Para 2026, a Pay4all inicia um novo ciclo, focada em:

- Expansão dos serviços para mais províncias e aumento da escalabilidade das soluções existentes;
- Lançamento do Cartão Multicaixa é Kwanza;
- Reforço da interoperabilidade e integração com o sistema financeiro, com destaque para o Sistema de Transferências Instantâneas / arranjo KWIK;
- Crescimento do é+ com novas APIs e parcerias, incluindo brands internacionais;
- Consolidação da presença territorial e reforço da proximidade ao cliente;
- Continuação do investimento em inovação, incluindo soluções baseadas em inteligência artificial.

Terminamos com uma palavra de profundo reconhecimento a todos os colaboradores, parceiros, clientes e accionistas, cujo contributo foi determinante para os resultados alcançados.

Com ambição, disciplina e foco estratégico, a Pay4all continuará a afirmar-se como um operador de referência no sector dos pagamentos digitais em Angola. Muito obrigado a todos.

2.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

2. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Balço	31/12/2025	31/12/2024
Disponibilidade	597 686 401	721 282 595
Aplicações de Liquidez	423 000 000	-
Créditos	78 393 716	4 907 954
Outros valores a receber	4 638 553 333	950 915 125
Imobilizações Corpóreas	413 473 926	193 059 831
Imobilizações Incorpóreas	1 196 517 199	1 111 067 924
Obrigações no Sistema de Pagamentos	355 916 359	417 575 988
Outras Obrigações	2 102 712 992	857 594 280
Capital Social	4 010 000 000	4 010 000 000
Outras reservas	4 120 000 000	2 170 000 000
Actividade		
Margem Financeira	24 630 767	20 775 574
Custo de Estrutura	8 591 075 829	3 006 775 560
Resultado Líquido	1 232 932 062	(2 634 522 680)
Rentabilidade		
Return on Assets (ROA)	16,78%	-88,37%
Return on Equity (ROE)	30,75%	-65,70%
Eficiência		
Custo de Estrutura/Activo	116,92%	100,86%
Custo de Estrutura/Nº de Colaboradores	71 592 299	61 362 767
Resultado Líquido/Nº de Colaboradores	10 274 434	(53 765 769)
Estrutura		
Numero de Clientes	1 088 027	1 011 175
Numero de Vendedores	153 074	144 246
Agentes	1 216	1 050



3.

ÓRGÃOS SOCIAIS





3. ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia e Secretário da Sociedade

- Presidente da Mesa - Sr. Vítor Manuel da Costa e Silva
- Secretário - Sra. Jéssica Isadora Pereira Afonso Botelho de Vasconcelos

Conselho Fiscal

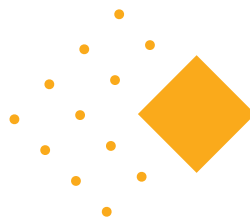
- Presidente - Angocontas representada pelo Sr. Nelson Cristóvão
- Sra. Sivietylana Lima Ventura
- Sr. José Paiva

Conselho de Administração

- Presidente - Sr. Hélder Miguel Palege Jasse de Aguiar
- Administradora Não Executiva - Sra. Raquel dos Prazeres Henriques Fztudo do Amaral Gourgel
- Sr. Ivano de Carvalho Guedes Garrido
- Sr. Nuno Alexandre da Silva Veiga
- Sr. Zembo Rafael da Silva Rebelo de Macedo

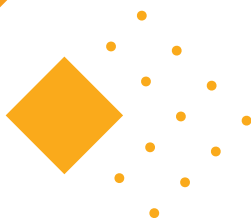
Comissão Executiva

- Presidente - Sr. Nuno Alexandre da Silva Veiga
- Administradores:
 - Sr. Ivano de Carvalho Guedes Garrido
 - Sr. Zembo Rafael da Silva Rebelo de Macedo



4.

DESTAQUES DO ANO 2025





4. DESTAQUES DO ANO 2025

4.1. MARCOS RELEVANTES DA PAY4ALLS

- **Janeiro:** O Banco BAI adjudicou à Pay4all o fornecimento de 20 soluções de ATM Centers contentorizadas, reforçando a estratégia de expansão da rede de canais de autoatendimento.
- **Fevereiro:** Alargamento da prestação de serviços de saneamento e processamento de numerário às restantes províncias do país, consolidando a presença operacional da Pay4all a nível nacional.
- **Fevereiro:** Participação do é-Kwanza na rota do sossego como parceiro de pagamentos digitais.
- **Março:** Início da gestão do Parque de Terminais de Pagamento Automático (TPA) do Banco BAI, assumindo a Pay4all a responsabilidade pela operação, manutenção e optimização da rede.
- **Abril:** Participação na revisão do Documento de Estrategia Nacional de Inclusão Financeira.
- **Junho:** Adjudicação adicional, pelo Banco BAI, de 28 soluções de ATM Centers contentorizadas, evidenciando a continuidade e reforço da parceria estratégica entre as partes.
- **Junho:** é-Kwanza participa no Congresso Nacional de Educação dos Escuteiros de Angola.
- **Julho:** O é-Kwanza apresentou Máquina de Abertura de Contas Automatica na FILDA 2025.
- **Julho:** O é-Kwanza apresentou o primeiro Cartão Multicaixa pré-pago sem conta bancária na FILDA 2025, a ser lançado em 2026.
- **Setembro:** Contratação da Pay4all para a elaboração do projecto, desenvolvimento do caderno de encargos e execução de três balcões em regime “chave na mão”, incluindo uma solução em alvenaria e duas soluções contentorizadas.



- **Outubro:** Início da prestação do serviço de primeira linha para Máquinas de Depósito Automático (MDA), incluindo a recolha de valores na província de Luanda, reforçando a cadeia operacional de suporte ao numerário.
- **Outubro:** O e-Kwanza integra com sucesso o Kwik para transferências instantâneas e interoperabilidade.
- **Outubro:** Participação ao 1º Fórum de privacidade e proteção de dados Pessoais 23 de outubro.
- **Outubro:** A Pay4all marcou presença no programa “Supermarcas”, transmitido pela TPA, onde o Presidente da Comissão Executiva, Nuno Veiga.
- **Outubro:** Pay4all e Associação de Escuteiros de Angola assinam memorando para promover a educação e a inclusão financeira.
- **Novembro:** Participação ao evento de aniversário da Fundação BAI, promovendo o e-Kwanza como meio de pagamento digital.
- **Dezembro:** Lançamento da Revista Prisma do grupo BAI com a entrevista do PCE da Pay4all.
- Pay4all promove uma Campanha de Doação de Sangue interna, em conjunto com a SAESP.

4.2. MODELO DE GOVERNO E ESTRATÉGIA

A Pay4all assenta a sua actuação num modelo de governação estruturado, orientado por princípios de responsabilidade, transparência, controlo interno e alinhamento estratégico.

Ao longo de 2025, a Sociedade reforçou os seus mecanismos de governação, assegurando uma clara segregação de funções, definição de responsabilidades e fortalecimento das estruturas de supervisão e controlo. O modelo adoptado baseia-se numa articulação efectiva entre o Conselho de Administração, as áreas executivas e as funções de controlo, garantindo que as decisões estratégicas são suportadas por análises técnicas rigorosas e enquadradas num adequado apetite ao risco.



A governação da Sociedade integra, de forma transversal, práticas de planeamento estratégico estruturado, monitorização periódica de desempenho, gestão integrada de risco, conformidade regulamentar e controlo financeiro e operacional.

O exercício de 2025 caracterizou-se por uma consolidação institucional relevante, com reforço dos processos internos, formalização de políticas e melhoria contínua dos mecanismos de reporte e acompanhamento. Este modelo permitiu à Pay4all sustentar o crescimento operacional verificado no exercício, mantendo simultaneamente disciplina prudencial e estabilidade organizacional.

A estratégia definida pelo Conselho de Administração para 2025 teve como foco principal a consolidação das soluções existentes, o reforço da interoperabilidade, a expansão territorial controlada e a preparação da Sociedade para um novo ciclo de crescimento estruturado.

O alinhamento entre governação e estratégia revelou-se determinante para assegurar que o crescimento da actividade ocorreu de forma sustentável, preservando a solidez financeira, a reputação institucional e a confiança dos parceiros.

4.3. ESTRATÉGIA

O exercício de 2025 foi orientado por uma estratégia de consolidação e fortalecimento estrutural, privilegiando a robustez operacional, a disciplina prudencial e o crescimento sustentado das soluções da Pay4all.

A Sociedade procurou equilibrar expansão e controlo, assegurando que a evolução da actividade fosse acompanhada pelo reforço dos seus mecanismos internos, da sua capacidade tecnológica e da sua maturidade institucional.



4.4. MISSÃO, VISÃO E VALORES

Missão

Permitir a todos o acesso a produtos e serviços financeiros de forma simples e segura.

Visão

Simplificar os pagamentos digitais em Angola, assegurando a gestão fácil e segura do dinheiro, em conformidade com as normas e princípios éticos.

Valores

- **Inclusão:** Dedicamo-nos a desenvolver produtos e serviços que permitam a inclusão financeira e aumento da literacia dos nossos clientes.

- **Inovação:** Temos o foco de desenvolver soluções inovadoras, baseadas em processos e abordagens que garantam o constante aperfeiçoamento dos nossos produtos e serviços, a promoção de novos modelos de negócio mais eficientes, mais competitivos e que tragam valor aos nossos clientes e parceiros.

- **Integridade:** Garantimos que os nossos colaboradores ajam com integridade, de forma a manter a confiança e os bons relacionamentos com os clientes e parceiros, além de assegurar a credibilidade e boa imagem da empresa e produtos.

- **Colaboração:** Promovemos a colaboração constante entre os nossos colaboradores, com os nossos parceiros e clientes de forma que resulte em relações fortes e com ganhos mútuos.

- **Orientação ao Cliente:** Centramos a nossa atenção nas necessidades dos nossos clientes e procuramos exceder as suas expectativas com uma oferta de produtos e prestação de serviços de valor acrescentado, soluções flexíveis e tecnologicamente inovadoras.

4.5. GESTÃO DE MARCA E NOTORIEDADE

Ao longo de 2025, a Pay4all prosseguiu uma estratégia estruturada de gestão de marca orientada para o reforço da sua notoriedade institucional e consolidação da reputação no mercado, afirmando-se como marca tecnológica e institucional que endossa e sustenta as marcas comerciais é-Kwanza e é+, assegurando coerência estratégica, credibilidade e alinhamento com a arquitectura de marca adoptada.

A comunicação privilegiou a consistência da identidade visual, a clareza na proposta de valor e a associação da marca a princípios de inovação, segurança e inclusão financeira.



A presença activa em iniciativas institucionais, eventos sectoriais e acções de proximidade junto das comunidades contribuiu para reforçar a visibilidade da Sociedade e consolidar o seu posicionamento como operador relevante no sector dos pagamentos digitais em Angola.

4.6. SUSTENTABILIDADE

A Pay4all manteve, em 2025, uma actuação orientada por princípios de sustentabilidade, integrando considerações ambientais, sociais e de governação (ESG) na sua actividade e no desenvolvimento do seu modelo de negócio.

Num contexto de crescente exigência regulatória e de mercado, a Sociedade reforçou o seu posicionamento como entidade responsável, promovendo a inclusão financeira, a protecção do consumidor, a integridade operacional e o desenvolvimento económico sustentável.

Pilar Ambiental:

Embora a actividade da Pay4all apresente um impacto ambiental directo reduzido, a Sociedade tem vindo a integrar critérios ambientais na gestão das suas operações e na tomada de decisão, sobretudo no domínio tecnológico.

Neste âmbito, destaca-se a selecção de fornecedores de infraestruturas tecnológicas com práticas orientadas para a eficiência energética, a utilização de soluções cloud sustentáveis e a adopção de equipamentos com maior eficiência operacional.

Paralelamente, a Pay4all tem vindo a promover a digitalização dos seus processos, contribuindo para a redução do consumo de papel e da dependência de suportes físicos. Destacam-se, neste domínio, a implementação de soluções de onboarding digital e o desenvolvimento de mecanismos que suportam a contratação digital, cuja massificação se encontra dependente da evolução do enquadramento legal e regulamentar.

Para 2026, encontra-se prevista a formalização de uma política de compras sustentáveis, que reforçará a integração de critérios ambientais na selecção de fornecedores, em particular no domínio tecnológico.



Pilar Social:

A dimensão social da actividade da Pay4all assumiu particular relevância ao longo de 2025, com forte enfoque na inclusão financeira, literacia económica, protecção do consumidor e desenvolvimento de competências.

A Sociedade participou activamente na revisão da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira, contribuindo para o desenvolvimento do enquadramento estratégico do sector e reforçando o seu papel enquanto parceiro relevante das entidades reguladoras.

Em parceria com o Banco Nacional de Angola, foram desenvolvidas acções recorrentes de inclusão e literacia financeira em diversas comunidades e mercados, abrangendo várias províncias do país e promovendo o acesso a serviços financeiros junto de populações tradicionalmente menos bancarizadas.

No âmbito da educação financeira, foi celebrado, em Outubro de 2025, um Memorando de Entendimento com a Associação dos Escuteiros de Angola, com vista à promoção da literacia financeira junto da juventude. No seguimento desta parceria, foram realizadas palestras e sessões formativas dirigidas a jovens, reforçando o compromisso da Sociedade com a capacitação das novas gerações.

A Pay4all participou igualmente em iniciativas de apoio ao empreendedorismo jovem, com destaque para a participação na Feira Avança e em projectos de promoção de jovens empreendedores, particularmente na província do Huambo, contribuindo para o desenvolvimento económico local.

No domínio da protecção do consumidor, a Sociedade assegura a transparência na comunicação de tarifas e condições, através da divulgação pública dos seus preços, e mantém políticas e procedimentos de prevenção de fraude e de tratamento de reclamações, em conformidade com as normas estabelecidas pelo regulador. Adicionalmente, são realizados processos regulares de monitorização e auditoria da qualidade do serviço de apoio ao cliente, garantindo elevados padrões de serviço e acompanhamento contínuo da experiência do utilizador.

Para 2026, a Pay4all prevê reforçar iniciativas de promoção da sua rede de agentes e micro-agentes, com o objectivo de estimular o empreendedorismo local, promover a criação de rendimento e ampliar o acesso a serviços financeiros.

A nível interno, a Sociedade mantém uma política de valorização do capital humano que inclui a promoção de condições de trabalho adequadas, a captação e retenção de talento, a formação contínua, com especial enfoque em competências tecnológicas, e a promoção da diversidade e inclusão.



Pilar de Governação:

A Pay4all mantém um forte compromisso com os princípios de boa governação, assegurando o cumprimento rigoroso das exigências legais, regulamentares e éticas aplicáveis à sua actividade.

A Sociedade encontra-se em conformidade com as exigências do Banco Nacional de Angola, tendo obtido resultados positivos nas auditorias realizadas, e assegura a implementação contínua das recomendações e requisitos regulamentares através do acompanhamento regular pela Comissão Executiva.

A gestão de licenciamento é conduzida de forma estruturada, garantindo a utilização exclusiva de soluções, produtos e serviços devidamente autorizados e alinhados com as boas práticas do sector.

No domínio da prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, a Pay4all assegura o cumprimento dos requisitos regulamentares, com especial enfoque nos processos de identificação e conhecimento do cliente (KYC), monitorização de transacções e reporte de operações suspeitas.

A Sociedade implementou igualmente políticas de protecção de dados e privacidade, alinhadas com as normas aplicáveis e com a estratégia do Grupo, assegurando a salvaguarda da informação e a segurança dos dados dos clientes.

No domínio da cibersegurança, foram implementadas plataformas e processos de protecção do negócio e dos sistemas de informação, incluindo soluções de monitorização (SOC/SIEM), gestão de incidentes e prevenção de fraude digital.

A Direcção de Controlo Interno assegura o acompanhamento das actividades de gestão de risco operacional, continuidade de negócio, gestão de incidentes e controlo de fornecedores críticos, garantindo a execução adequada das políticas e procedimentos definidos.

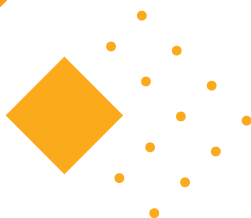
A nível de governação corporativa, a Pay4all assegura a existência e funcionamento dos comités exigidos pelas normas em vigor, nomeadamente nas áreas de auditoria e controlo interno.

A Sociedade dispõe ainda de políticas de ética, prevenção da corrupção e mecanismos de denúncia (whistleblowing), alinhados com as melhores práticas internacionais, reforçando a integridade e transparência da sua actuação.



5.

AS NOSSAS SOLUÇÕES





5. AS NOSSAS SOLUÇÕES

O exercício de 2025 representou um ano de consolidação operacional e maturação estratégica das soluções da Pay4all. A Sociedade concentrou os seus esforços no fortalecimento das plataformas existentes, no reforço da interoperabilidade e na estabilização dos seus modelos operacionais, preparando as bases para um novo ciclo de crescimento sustentável.

A actividade estruturou-se em três eixos complementares: é-Kwanza, é+ e Soluções de Suporte Bancário, que de forma integrada sustentaram o desempenho global da Sociedade e consolidaram o seu posicionamento no ecossistema nacional de pagamentos.

5.1. É-KWANZA

O ano de 2025 ficou marcado por uma fase de consolidação estratégica e crescimento sustentado do é-Kwanza, reforçando o seu posicionamento como uma das principais soluções de moeda electrónica no mercado angolano. A integração ao KWiK, concluída em Outubro de 2025, constituiu um marco estruturante para o reforço da interoperabilidade da plataforma, permitindo a recepção de fundos e transferências de e para todos os bancos e ampliando significativamente o ecossistema de utilização, resultando na maior rubrica de receita deste produto.

Ao longo do exercício, o é-Kwanza manteve uma presença activa e consistente junto das comunidades, através dos seus Postos de Atendimento estrategicamente localizados nos principais mercados de Luanda: KM30, Kikolo, Kikagil, Kifica, Catinton e Calemba II e no Mercado da Quissala/Alemanha, na província do Huambo. Esta proximidade física continua a ser um pilar essencial da estratégia comercial, promovendo confiança, literacia financeira e inclusão digital em segmentos relevantes da economia informal.

Destaca-se, em particular, o desempenho do Posto de Atendimento do KM30, que registou um volume transaccionado anual de 929,1 milhões de Kwanzas, representando aproximadamente 65% do montante total movimentado nos Postos de Atendimento, consolidando-se como o principal ponto de dinamização financeira da rede, sendo que os restantes atingiram um acumulado de 491 Milhões de Kwanzas de depósitos.



Na província do Huambo, verificou-se uma forte consolidação da operação, afirmando-se esta como a segunda província mais relevante em termos de actividade do é-Kwanza. Em linha com esta trajetória, encontra-se previsto para os primeiros meses de 2026 o arranque de um novo e maior Posto de Atendimento no Mercado da Quissala/Alemanha, reforçando a estratégia de expansão territorial, numa abordagem de reforço da presença local de proximidade ao utilizador final.

Em síntese, 2025 representou um ano de consolidação operacional, reforço institucional e aprofundamento da presença territorial do é-Kwanza, criando bases sólidas para um ciclo de crescimento sustentado nos exercícios subsequentes.

Estatísticas Relevantes do é-Kwanza

Em 2025, o é-Kwanza apresentou um desempenho comercial robusto, evidenciando crescimento consistente da base de utilizadores e do volume transaccionado.

- Novos clientes registados: 71.000
- Volume total transaccionado: 17,4 mil milhões de Kwanzas
- Crescimento do volume transaccionado face a 2024: +41,6%
- Número total de transacções: cerca de 580.000

Os resultados alcançados reflectem o aumento da utilização da plataforma, a maior recorrência transaccional e a consolidação do modelo de proximidade adoptado pelo é-Kwanza nos principais mercados urbanos, gerando um total de receitas de 44 Milhões de Kwanzas.

5.2. CRÉDITO NO É-KWANZA

O exercício de 2025 marcou uma fase de lançamento da oferta de crédito digital da Pay4all, integrada no ecossistema do é-Kwanza e orientada para a promoção da inclusão financeira responsável.

Durante o exercício foram concedidos 885 créditos, totalizando 156 milhões de Kwanzas em desembolsos. A actividade gerou 18 milhões de Kwanzas em comissões.

O produto “Crédito é-Kwanza Salário” destacou-se como a modalidade de maior procura, evidenciando a adequação da solução às necessidades de liquidez imediata dos utilizadores. O produto anteriormente designado “Acelera Já” foi renomeado para “Crédito na Mão”, enquadrando-se numa estratégia directa de oferta de produtos de microcrédito, com acesso simplificado, mas sempre aliado a uma abordagem de individualmente consciente pelo cliente.



À data de 31 de Dezembro de 2025, a taxa de crédito vencido situava-se em 4%, nível considerado compatível com o perfil de risco prudente adoptado pela Sociedade.

A consolidação da componente de crédito digital confirma a capacidade da Pay4all em integrar serviços financeiros complementares de forma responsável e sustentável.

Crédito Concedido	dez/24	dez/25	Variação (%)
Nº de Créditos Concedidos	318	908	186%
Volume do Crédito Concedido	25 703 150,00	159 831 239,55	522%
Comissões Recebidas	2 495 515,00	18 642 107,11	647%
Crédito Reembolsado	20 735 549,56	80 982 056,13	291%
Volume do Crédito Activo	4 967 600,44	78 849 183,42	1487%

Situação de Crédito	dez/24	dez/25	Variação (%)
Volume de Crédito Regular	3 836 749,22	68 838 388,99	1694%
Volume de Crédito Vencido	1 130 851,22	10 010 794,42	785%

Créditos Vencidos Por Faixa de Atraso	dez/25	Peso
i. 1 a 15 Dias	5 058 154,18	51%
ii. 16 a 30 Dias	4 400 374,96	44%
iii. 31 a 60 Dias	0,00	0%
iv. 61 a 90 Dias	355 037,20	4%
v. Mais de 90 Dias	197 228,09	2%

Qualidade da Carteira	dez/24	dez/25	Variação (p.p.)
Taxa de Incumprimento	22,8%	12,7%	-10
Crédito Vencido/ Comissões	45,3%	53,7%	8



5.3. É-MAIS

O ano de 2025 representou uma fase de crescimento e consolidação do **é+**, reforçando a sua posição como solução de aceitação de pagamentos digitais no mercado angolano. Concebido como um produto essencialmente de oferta para B2B, mas não restritivo a este segmento, o **é+** actua como infra-estrutura tecnológica de aceitação de pagamentos para empresas, pequenas e micro-empresas, permitindo a integração de múltiplos métodos de pagamento numa única solução.

Enquanto plataforma de back-end, assente numa conta de moeda electrónica **é-Kwanza**, o **é+** opera maioritariamente de forma integrada nos sistemas dos seus parceiros comerciais, proporcionando ao consumidor final uma experiência de pagamento digital simples e fluida. Este posicionamento estratégico permite à Pay4all actuar como facilitador da digitalização dos pagamentos, reforçando a sua presença no ecossistema empresarial.

Durante o exercício, foram integrados 125 novos comerciantes, reforçando a penetração da solução em diferentes sectores de actividade. Destaca-se a integração da MANO, uma das maiores aplicações de delivery no mercado angolano, que passou a registar volumes médios mensais superiores a 12 milhões de Kwanzas nos primeiros meses de adesão, evidenciando a robustez e escalabilidade da plataforma.

O ano de 2025 ficou igualmente marcado por uma forte aposta estratégica no segmento de Betting, com consolidação de integrações técnicas e desenvolvimento de APIs dedicadas para responder às exigências operacionais deste sector. No final do exercício, o **é+** encontrava-se implementado como solução de aceitação em cinco plataformas de Betting em Angola, consolidando a sua presença num dos segmentos digitais de maior dinamismo e intensidade transaccional, permitindo prever um ano de 2026 com crescimento exponencial tanto em numero de transacções como em volume, com um previsível aumento de receitas.

Com a entrada em produção do KWIK, iniciaram-se os desenvolvimentos de uma nova API que permitirá dotar o **é+** de maior interoperabilidade com outros bancos, potenciando significativamente a escalabilidade da operação e criando condições para um crescimento exponencial nos exercícios subsequentes.

Em síntese, 2025 representou um ano de forte aceleração comercial e consolidação do **é+** enquanto infra-estrutura estratégica de pagamentos B2B, reforçando o posicionamento da Pay4all como parceiro tecnológico de referência no segmento empresarial.



Estatísticas é+:

Em 2025, o é+ registou um crescimento expressivo da sua actividade operacional e financeira:

- Volume total transaccionado: 267 milhões de Kwanzas
- Crescimento da facturação face a 2024: +709%
- Número total de transacções: 18.802
- Novos comerciantes integrados: 125
- Plataformas de Betting activas com é+: 5
- Cobranças via Multicaixa Express: 1.603
- Cobranças por Referência EMIS: 2.991
- Transacções em empresas de Betting: mais de 14.000

Os indicadores evidenciam a crescente adopção da solução no segmento empresarial e a consolidação do é+ como camada tecnológica essencial no processamento de pagamentos digitais em Angola.

5.4. TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Neste âmbito, a Pay4all iniciou, em 2025, o desenvolvimento do é+ Bot, um assistente inteligente baseado em tecnologia de inteligência artificial, orientado para potenciar a actividade comercial dos seus parceiros e comerciantes.

O é+ Bot foi concebido como uma solução que permite aos comerciantes realizar o processo de venda de forma integral, desde a interacção inicial com o cliente até à conclusão da transacção, incluindo a cobrança através da solução é+. Esta abordagem permite automatizar o ciclo de venda, simplificar a experiência do utilizador e reduzir a dependência de processos manuais.

A solução responde a uma realidade crescente no mercado angolano, em que canais como o WhatsApp assumem um papel central na actividade comercial de pequenos e médios negócios. Neste contexto, o é+ Bot posiciona-se como uma ferramenta que permite aos comerciantes vender mais e melhor, através da automatização de interacções, aumento da capacidade de resposta e melhoria da eficiência operacional.

Adicionalmente, o é+ Bot contribui para a optimização de custos, maior escalabilidade dos negócios, aumento do volume de vendas e redução do risco de fraude, ao assegurar maior controlo e rastreabilidade das transacções.



O desenvolvimento desta solução reforça a aposta da Pay4all na utilização de tecnologias avançadas para criação de valor no ecossistema de pagamentos, constituindo um potencial vector relevante de crescimento de receita e de expansão da sua presença junto do segmento empresarial.

O projecto encontra-se em fase de desenvolvimento, prevendo-se a sua evolução e consolidação ao longo de 2026.

5.5. SOLUÇÕES E SERVIÇOS AO SUPORTE BANCÁRIO

A área de Soluções de Suporte Bancário consolidou-se, em 2025, como um dos pilares estruturantes da actividade da Pay4all, assumindo um papel determinante na estabilidade operacional e no reforço do posicionamento institucional da Sociedade junto dos seus parceiros financeiros.

Num contexto de consolidação estratégica, esta área combinou capacidade técnica, disciplina operacional e rigor financeiro, assegurando a gestão integrada de infra-estruturas críticas de emissão, aceitação e auto-atendimento, bem como serviços especializados de suporte à actividade bancária.

A evolução verificada ao longo do exercício confirmou a maturidade operacional da Sociedade e a sua capacidade de executar projectos de elevada escala com fiabilidade e eficiência.

5.5.1. GESTÃO DO PARQUE DE TPA'S DO BANCO BAI

No âmbito da gestão do Parque de TPA's do Banco BAI, a Pay4all assumiu responsabilidade integral pela activação, manutenção técnica, triagem, aprovisionamento e acompanhamento operacional dos equipamentos.

Entre Março e Dezembro de 2025, foram activados 6.817 terminais, realizadas 39.889 intervenções técnicas e distribuídos 14.756 equipamentos no terreno. A operação gerou receitas de 1.543.600.000 Kwanzas e um resultado operacional positivo de 663.600.000 Kwanzas.

A consolidação deste projecto permitiu otimizar processos internos, melhorar tempos de resposta e reforçar a fiabilidade da rede de aceitação, contribuindo para a modernização dos meios de pagamento electrónicos.



5.5.2. PROGRAMA DE EXPANSÃO DE CANAIS BAO (CATs)

Durante o exercício, a Pay4all participou activamente na implementação e operacionalização de Centros de Auto Atendimento (CATs), no âmbito da expansão e modernização da rede de infra-estruturas de auto-atendimento do parceiro bancário.

A intervenção da Sociedade abrangeu coordenação técnica, acompanhamento logístico, instalação de equipamentos, integração operacional e entrada em produção de unidades contentorizadas e em alvenaria.

A execução destes projectos reforçou a capacidade da Pay4all na gestão de infra-estruturas físicas de média e grande complexidade e consolidou o seu papel enquanto parceiro estratégico na expansão da rede bancária nacional.

5.5.3. PROJECTO MED - FASE DE EXPANSÃO 1 (PAT II)

No âmbito do Projecto MED – Fase de Expansão 1 (PAT II), foram emitidos 90.000 cartões pré-pagos do Banco BAI.

Os carregamentos associados ultrapassaram 2.853 milhões de Kwanzas, beneficiando mais de 68 mil utilizadores. A execução decorreu com elevado grau de cumprimento dos objectivos definidos, reforçando a credibilidade operacional da Sociedade.

5.5.4. PROJECTO DE CERTIFICAÇÃO DO CARTÃO MULTICAIXA É-KWANZA

Durante o exercício de 2025 iniciamos o desenvolvimento de um novo produto, o Cartão Multicaixa é-Kwanza Pré-pago, um cartão certificado e que funcionará em toda a rede Multicaixa mas que não precisa de conta bancária para suporte a sua utilização. Este produto, derivado dos nossos estudos de análise ao mercado, pretende tapar uma lacuna nacional no sistema de pagamentos, aproveitando o crescimento da rede Multicaixa. Durante este ano concluímos as certificações técnicas, sendo que temos a previsão de lançar este produto durante o 1º semestre de 2026.

Este projecto assegurará a interoperabilidade com a rede Multicaixa, permitindo aliar o uso da Wallet ou conta de moeda electrónica vulgarmente associada ao sistema de transferências instantâneas ao sistema Multicaixa, passando a habilitar mais de 1 milhão clientes registados no é-Kwanza a utilizar a rede Multicaixa.



Este desenvolvimento representa um passo estratégico relevante na integração entre a carteira digital e os canais tradicionais de pagamento, ampliando as possibilidades de utilização da solução é-Kwanza.

5.5.5. SPN - SANEAMENTO E PROCESSAMENTO DE NOTAS

A actividade de Saneamento e Processamento de Notas expandiu-se para 13 províncias ao longo de 2025, reforçando a capacidade logística da Sociedade e o seu papel como parceiro operacional de referência no suporte às actividades de tesouraria.

A consolidação territorial desta linha contribuiu para o reforço da estabilidade operacional e para a diversificação das fontes de receita.

5.5.6. GATM - GESTÃO DE ATMs REMOTOS

A actividade de gestão de ATMs remotos registou crescimento consistente ao longo do exercício, encerrando o ano com 241 equipamentos sob gestão.

A receita associada ascendeu a 578.894.965 Kwanzas, consolidando esta linha como componente relevante do portefólio de serviços prestados aos parceiros financeiros.



6.

GESTÃO DE RISCO



6. GESTÃO DE RISCO

Modelo de Gestão de Risco

A Pay4all implementou um Modelo de Gestão do Risco de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PBC/CFT/PADM), em cumprimento da Lei n.º 05/2020, de 27 de Janeiro, do Aviso n.º 2/2024, de 22 de Março, do Instrutivo n.º 5/2024, de 12 de Junho, e demais exigências regulamentares aplicáveis.

O modelo adoptado assenta numa abordagem baseada no risco, permitindo à Sociedade identificar e avaliar os riscos de BC/FT inerentes à sua actividade, considerando a natureza das áreas de negócio, os países com que se relaciona, o perfil e características dos clientes, os canais de distribuição utilizados, o perfil accionista, a adequação das ferramentas tecnológicas e o nível de conhecimento e integridade dos membros do Conselho de Administração e colaboradores em matérias de PBC/CFT/PADM.

A arquitectura implementada permite determinar o nível de risco inerente, avaliar a efectividade do Sistema de Controlo Interno e apurar o risco residual, assegurando que este se mantém alinhado com o nível de tolerância ao risco definido pelo Conselho de Administração.

Sempre que necessário, são implementadas medidas de reforço do Sistema de Controlo Interno, garantindo ajustamento contínuo ao perfil de risco da Sociedade.

Avaliação de Risco Institucional

A Avaliação de Risco Institucional de BC/FT, com referência a Dezembro de 2025, concluiu por um nível global de risco residual classificado como Médio-Baixo. A análise contemplou diversas dimensões estruturantes da actividade da Sociedade, designadamente:

- Avaliação global de risco;
- Procedimentos de due diligence no início da relação de negócio e respectiva monitorização;
- Ferramentas tecnológicas para gestão e controlo de risco AML;
- Ferramentas tecnológicas para registo de informação de clientes;
- Formação em PBC/CFT/PADM;
- Investigação e reporte;
- Monitorização de clientes e transacções;
- Políticas e procedimentos;
- Screening de clientes e transacções.



Os resultados médios apurados evidenciam que, embora o risco inerente seja classificado como elevado, os mecanismos de mitigação implementados reduzem de forma consistente o risco residual para um nível compatível com o perfil prudente adoptado pela Sociedade.

Perfil de Risco e Grau de Tolerância

O Conselho de Administração definiu como objectivo global a adopção de um perfil de risco conservador para todas as categorias de risco material assumidas pela Sociedade.

Consequentemente, o grau de tolerância face ao risco é baixo, garantindo a continuidade do negócio em termos de rentabilidade e solvabilidade em diferentes contextos operacionais e económicos.

Este posicionamento traduz-se na implementação de políticas internas, mecanismos de controlo e práticas de monitorização alinhadas com esse perfil prudente.

Evolução e Principais Desenvolvimentos em 2025

Durante o exercício de 2025 foram registados desenvolvimentos relevantes no âmbito da gestão de risco, destacando-se:

A elaboração e implementação do Mapa de Registo de Eventos de Risco Operacional, permitindo maior sistematização e acompanhamento estruturado de ocorrências operacionais.

A elaboração do Regulamento do Comité de Risco, actualmente em fase de implementação, reforçando a arquitectura de governação e supervisão interna.

A actualização da Política de Gestão de Risco em conformidade com a Política do Grupo, assegurando alinhamento estratégico e institucional.

A implementação de ferramenta de extracção de informação financeira, reforçando a capacidade de análise e monitorização.

No que respeita à monitorização dos indicadores de performance da Sociedade, registou-se evolução positiva na carteira de crédito e na solvência da Pay4all, evidenciando alinhamento com o perfil de risco definido pelo Conselho de Administração.



Os indicadores de rentabilidade apresentaram desempenho positivo face a 2024, enquanto os rácios de capital se mantiveram acima do limite regulamentar aplicável.

No domínio do risco cambial, verificou-se melhoria face ao período homólogo.

A gestão do risco reputacional, avaliada através da eficácia no tratamento de reclamações, registou progresso, com um nível de resposta de 89%.

Relativamente aos sistemas de informação, o score de segurança registou melhoria face ao exercício anterior, reconhecendo-se, contudo, a necessidade de reforço contínuo para elevação do nível de segurança.



7.

CAPITAL HUMANO





7. CAPITAL HUMANO

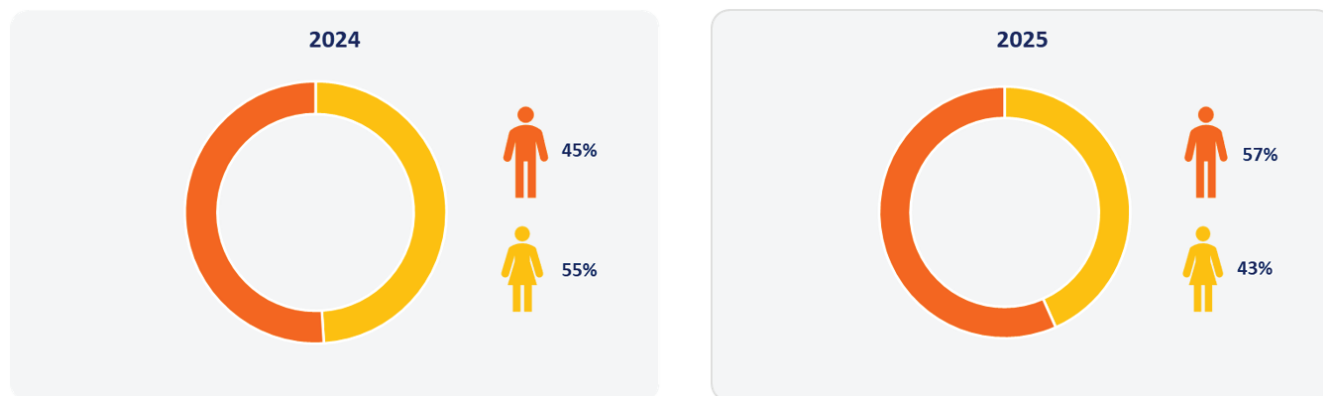
O capital humano constitui um activo estratégico central da Pay4all e um factor crítico para a consolidação do seu modelo de negócio. Ao longo de 2025, num contexto de reforço institucional e maturação operacional, a Sociedade assegurou o alinhamento entre o crescimento da actividade e o desenvolvimento estruturado das suas equipas, competências e cultura organizacional, privilegiando a atracção, retenção e desenvolvimento de talento e promovendo uma cultura de valorização, mérito e melhoria contínua.

7.1. CARACTERIZAÇÃO DOS COLABORADORES DA PAY4ALL

Em 31 de Dezembro de 2025, o quadro de pessoal da Pay4all totalizava 120 colaboradores, representando um crescimento de 76 colaboradores face ao exercício anterior. Esta evolução foi planeada de forma faseada e prudente, garantindo que o reforço das equipas acompanhou a expansão operacional sem comprometer a eficiência organizacional.

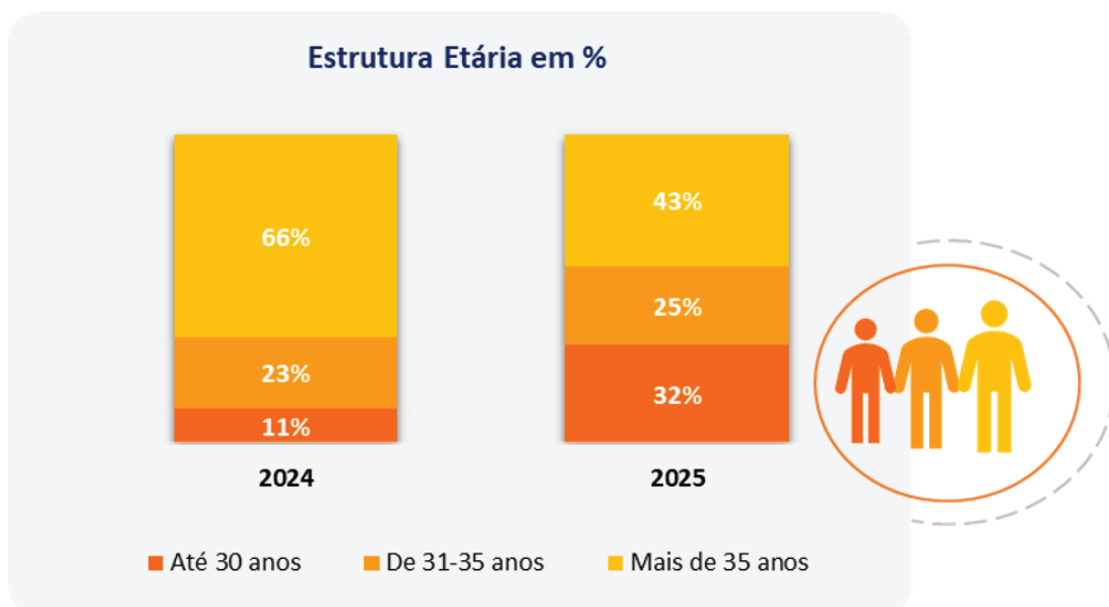
A maioria das admissões efectuadas ao longo do exercício (86%) foi direccionada para as áreas de negócio, assegurando capacidade adequada de execução, sendo os restantes 14% alocados aos serviços centrais.

No que diz respeito à distribuição de colaboradores por género, verificou-se uma ligeira alteração em relação a 2024. A proporção de mulheres passou de 45% para 43%, enquanto a de homens aumentou de 55% para 57%.





Por outro lado, no que respeita a composição etária do efectivo, a Pay4all registou alterações significativas face a 2024. A proporção de colaboradores com idade até 30 anos aumentou de 11% para 32%. O grupo entre 31 e 35 anos manteve-se próximo dos 25%, enquanto a faixa acima dos 35 anos reduziu-se de 66% para 43%. A idade média passou de 37 para 34 anos, reflectindo um rejuvenescimento do efectivo.



Em 31 de Dezembro de 2025, 63% dos colaboradores possuíam formação superior, incluindo licenciatura, pós-graduação e/ou mestrado.



7.2. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

A Pay4all manteve, em 2025, uma actuação orientada por princípios de sustentabilidade, integrando considerações ambientais, sociais e de governação (ESG) na sua actividade e no desenvolvimento do seu modelo de negócio.

Num contexto de crescente exigência regulatória e de mercado, a Sociedade reforçou o seu posicionamento como entidade responsável, promovendo a inclusão financeira, a protecção do consumidor, a integridade operacional e o desenvolvimento económico sustentável.

7.3. ESTUDO DE CLIMA ORGANIZACIONAL

O exercício de 2025 ficou igualmente marcado pela realização do primeiro Estudo de Clima Organizacional da Pay4all, com uma taxa de participação de 86%, indicador de elevado envolvimento e sentido de pertença por parte dos colaboradores.

Os resultados permitiram identificar áreas de melhoria e oportunidades de reforço da comunicação interna, colaboração interdepartamental e alinhamento estratégico. Este exercício constituiu marco relevante na consolidação da cultura organizacional e na institucionalização de práticas de escuta activa.

A Pay4all continua a promover um ambiente de trabalho assente em princípios de responsabilidade, mérito, ética profissional e orientação para resultados, reconhecendo que a consolidação institucional alcançada em 2025 depende, em grande medida, do compromisso e da dedicação das suas equipas.



8.

**ENQUADRAMENTO
MACROECONÓMICO E FINANCEIRO**

8. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO

8.1. EVOLUÇÃO RECENTE DO PIB GLOBAL

As mais recentes perspectivas macroeconómicas indicam que a economia mundial continuará a crescer de forma moderada nos próximos anos, embora a um ritmo ainda inferior ao observado antes da pandemia da COVID-19. Segundo o mais recente relatório de Global Economic Prospects do Banco Mundial, projecta-se que o crescimento global atinja cerca de 2,6% em 2026, com uma ligeira recuperação para aproximadamente 2,7% em 2027. Esta estabilidade moderada reflecte uma economia que enfrenta desafios persistentes, tais como tensões comerciais, fracos níveis de investimento e elevados níveis de endividamento público e privado, factores que continuam a condicionar o desempenho económico mundial.

No mesmo contexto, espera-se que as economias em desenvolvimento mantenham um ritmo de expansão relativamente mais elevado, embora com uma desaceleração em 2026 — estimado em cerca de ^{**}4,0% — para uma ligeira subida, por volta de 4,1% em 2027, à medida que as condições financeiras globais melhoram e as incertezas políticas gradualmente se atenuam.

Estas previsões sublinham que, apesar de uma modesta recuperação em 2027, o crescimento global continuará abaixo das médias históricas anteriores à pandemia, acentuando a necessidade de políticas que incentivem o investimento produtivo, a liberalização do comércio e o fortalecimento das instituições económicas, como forma de sustentar um crescimento mais robusto e inclusivo.

Segundo as estimativas mais actuais da economia mundial, o Produto Interno Bruto (PIB) global totalizou aproximadamente 111,3 biliões de dólares norte-americanos em 2024, reflectindo um aumento em relação ao valor observado em anos anteriores e consolidando o crescimento económico mundial apesar dos desafios vigentes.

8.2. EVOLUÇÃO RECENTE DO PIB GLOBAL

Após ter registado níveis superiores a 8% em períodos recentes, a inflação a nível mundial evidencia uma trajectória de desaceleração, prevendo-se que se situe em torno de 2,7% no final de 2025, aproximando-se dos objectivos de estabilidade de preços definidos pelos principais bancos centrais.



Não obstante esta evolução favorável, subsistem riscos relevantes para o desempenho da economia global, associados, entre outros factores, a tensões comerciais e geopolíticas, incertezas no plano político e constrangimentos estruturais persistentes, tais como o envelhecimento demográfico e os reduzidos ganhos de produtividade.

Paralelamente, o nível de endividamento global tem vindo a aumentar, traduzindo-se em maiores encargos financeiros e na necessidade de reforço dos esforços de investimento. A dívida soberana dos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) atingiu cerca de 85% do Produto Interno Bruto em 2025, prevendo-se que ascenda a aproximadamente 114% em 2026, reflectindo uma tendência de aumento em relação aos anos imediatamente anteriores, impulsionada por défices orçamentais persistentes e custos de serviço da dívida elevados.

8.3. MERCADOS FINANCEIROS

No ano de 2025, os mercados financeiros mundiais revelaram desempenhos variados, influenciados por diversos factores, incluindo as decisões de política monetária dos principais bancos centrais, os resultados corporativos e os acontecimentos geopolíticos relevantes.

No que se refere ao mercado accionista, 2025 registou um crescimento moderado, ainda que a economia global continuasse a expandir-se de forma contida. A condução cautelosa das políticas monetárias, aliada à capacidade de adaptação perante os desafios geopolíticos, manteve-se como um factor determinante para a estabilidade e confiança observadas nos mercados financeiros.

8.4. MERCADO PETROLÍFERO

Em 2025, o sector petrolífero angolano continuou a desempenhar um papel central na economia nacional, apesar das pressões observadas no mercado internacional de hidrocarbonetos. O volume de exportação de petróleo bruto situou-se em cerca de 357,1 milhões de barris, gerando receitas de aproximadamente 24,4 mil milhões de dólares, o que representa uma queda de cerca de 22% face a 2024, em resultado da diminuição dos preços médios de venda e de um menor volume transaccionado no mercado externo. O preço médio do barril de crude angolano fixou-se em cerca de 68,4 dólares, abaixo do registo do ano precedente.



No que respeita à produção, Angola manteve uma produção diária superior a um milhão de barris, com a média em torno de 1,03 milhões de barris por dia em finais de 2025, demonstrando a resiliência do sector face à volatilidade dos preços e às alterações da procura global.

As exportações de petróleo angolano continuaram a ser dominadas por destinos tradicionais, com a China a concentrar a maior parte do volume embarcado, seguida pela Índia e pela Indonésia

Os dados relativos às exportações de gás natural também indicam níveis relevantes de comércio de LNG (gás natural liquefeito), que contribuíram adicionalmente para as receitas do sector, apesar de sofrerem ligeiras flutuações em volume e valor face ao período homólogo.

O quadro de perspectivas para o sector petrolífero em 2025 inclui também medidas preconizadas pelas autoridades e operadores, como a continuação da atribuição de concessões petrolíferas e a implementação de projectos de exploração e desenvolvimento de blocos petrolíferos, visando reforçar a base de produção e atrair investimento estrangeiro ao longo dos próximos anos.

Não obstante o contributo significativo do petróleo para as exportações e receitas públicas, o país enfrenta o desafio de diversificar a sua economia, reduzindo a elevada dependência deste sector e promovendo o desenvolvimento de actividades produtivas alternativas.

9.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

9. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A proposta de aplicação dos resultados é apresentada em documento próprio.

10.

**RELATÓRIO
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**



10. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A preparação das demonstrações financeiras é da responsabilidade do Conselho de Administração.

As demonstrações financeiras foram preparadas pela Administração de acordo com o Plano de Contas das Instituições Financeiras Não Bancárias, nos termos da Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras, Lei n.º 14/21, de 19 de Maio.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, auditadas e constantes das páginas do presente Relatório e Contas, vão ser assinadas por:

Sr. Helder Miguel Palage Jasse de Aguiar
Presidente do Conselho de Administração

Sra. Raquel dos Prazeres Henriques Fastudo do Amaral Gourgel
Administradora não Executiva

Sr. Nuno Alexandre da Silva Veiga
Administrador Executivo

Sr. Ivano de Carvalho Guedes Garrido
Administrador Executivo

Sr. Zembo Rafael da Silva Rebelo de Macedo
Administrador Executivo



Demonstrações Financeiras e respectivas notas anexas

10.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A. Balanços em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

Demonstração da Posição Financeira	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Disponibilidades	3	597 686 401	721 282 595
Aplicações de Liquidez	4	423 000 000	-
Créditos	5	78 393 716	4 907 954
Outros valores a receber	6	4 638 553 333	950 915 125
Imobilizações Corpóreas	7	413 473 926	193 059 831
Imobilizações Incorpóreas	8	1 196 517 199	1 111 067 924
Total do Activo		7 347 624 575	2 981 233 430
Obrigações no Sistema de Pagamentos	9	355 916 359	417 575 988
Outras Obrigações	10	2 102 712 992	857 594 280
Total do Passivo		2 458 629 351	1 275 170 269
Capital Social	11	4 010 000 000	4 010 000 000
Outras reservas	11	4 120 000 000	2 170 000 000
Resultados transitados	11	(4 473 936 838)	(1 839 414 159)
Resultado Líquido do Exercício	11	1 232 932 062	(2 634 522 680)
Total do Capital Próprio		4 888 995 223	1 706 063 162
Total do Passivo + Capital Próprio		7 347 624 575	2 981 233 430

B. Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

Demonstrações de Resultados	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos	12	24 630 767	20 775 574
Custos de Instrumentos Financeiros Passivos	12	-	-
Margem Financeira		24 630 767	20 775 574
Resultados de Operações Cambiais	13	(82 451 416)	(19 726 197)
Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	14	33 349 469	3 149 062
Resultado de Intermediação Financeira		(24 471 180)	4 198 438
Custos com Pessoal	15	(2 241 195 264)	(1 552 038 270)
Fornecimentos de Terceiros	16	(5 825 547 342)	(1 141 336 847)
Impostos e Taxas Não Incidentes sobre o Resultado	17	(53 048 607)	(46 692 211)
Penalidade Aplicadas Por Autoridades Reguladoras	18	(1 618 254)	(1 031 712)
Depreciações e Amortizações	19	(393 523 755)	(265 616 874)
Provisões Sobre Outros Valores e Responsabilidades Prováveis	20	(75 746 784)	(59 646)
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa e Prestação de Garantias	20	(395 823)	-
Custos Administrativos e de Comercialização		(8 591 075 829)	(3 006 775 560)
Outros Custos e Proveitos Operacionais	20	9 849 077 071	375 449 497
Resultado Operacional		1 233 530 062	(2 627 127 625)
Resultado Não Operacional	21	(598 000)	(7 395 055)
Resultado líquido do exercício		1 232 932 062	(2 634 522 680)



C. Demonstrações de Mutuações de Fundos Próprios

	Notas	Capital Social	Prestação Suplementar	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total de Capital Próprio
		4 010 000 000	-	-	-	-	4 010 000 000
Prestação Suplementar			2 170 000 000				2 170 000 000
Aplicação do resultado do período de 2023:		-	-	-	-	-	-
Resultados transitados	11	-	-	-	(1 839 414 159)	-	(1 839 414 159)
Resultado líquido do exercício	11	-	-	-	-	(2 634 522 680)	(2 634 522 680)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024		4 010 000 000	2 170 000 000	-	(1 839 414 159)	(2 634 522 680)	1 706 063 162
Prestação Suplementar		-	1 950 000 000				1 950 000 000
Aplicação do resultado do período de 2024:		-	-	-	-	-	-
Resultados transitados	11	-	-	-	(2 634 522 680)	2 634 522 680	-
Resultado líquido do exercício	11	-	-	-	-	1 232 932 062	1 232 932 062
Saldos em 31 de Dezembro de 2025		4 010 000 000	4 120 000 000	-	(4 473 936 839)	1 232 932 062	4 888 995 223

D. Demonstrações de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

Demonstração de Resultados	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais		
Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos	24 630 767	20 775 574
Pagamentos a empregados e fornecedores	(8 066 742 606)	(2 693 375 117)
Pagamentos impostos e taxas não incidentes sobre o resultado	(53 048 607)	(46 692 211)
Resultados cambiais	(82 451 416)	(19 726 197)
Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	33 349 469	3 149 062
Provisões Sobre Outros Valores e Responsabilidades Prováveis	(75 746 784)	-
Outros Resultados	9 846 860 817	367 022 730
Fluxos de caixa antes das alterações nos activos e passivos operacionais	1 626 851 640	(2 368 846 160)
(Aumentos)/Diminuições de activos operacionais:		
Aplicações em outras instituições de crédito	(423 000 000)	350 000 000
Crédito a clientes	(73 881 585)	(4 967 600)
Outros activos	(3 687 638 208)	56 663 771
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais	(4 184 519 793)	401 696 171
Aumentos/(Diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de clientes e outros empréstimos	(61 659 629)	417 575 988
Outros passivos	1 245 118 712	626 783 103
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	1 183 459 083	1 044 359 091
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	(1 374 209 070)	(922 790 899)
Impostos sobre o rendimento pagos	-	-
Caixa Líquida das Actividades Operacionais	(1 374 209 070)	(922 790 899)
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento		
Aquisições de outros activos tangíveis, líquidas de alienações	(306 979 936)	(145 718 886)
Aquisições de activos intangíveis, líquidas de alienações	(392 407 187)	(642 350 288)
Caixa Líquida das Actividades de Investimento	(699 387 123)	(788 069 174)
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento		
Aumentos/(Reduções) de capital	1 950 000 000	2 170 000 000
Caixa Líquida das Actividades de Financiamento	1 950 000 000	2 170 000 000
Caixa e seus equivalentes no início do período	721 282 595	262 142 668
Caixa e seus equivalentes no fim do período	(123 596 194)	459 139 927
Variação de caixa e seus equivalentes	597 686 401	721 282 595



10.2. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 1 – INTRODUTÓRIA

A Pay4all – Sociedade Prestadora de Serviços de Pagamentos, S.A. (doravante designada por Pay4all ou Sociedade), constituída em Dezembro de 2022, é uma sociedade anónima angolana cujo objecto social consiste na prestação de serviços de consultoria e na cedência de capital humano qualificado para apoio a diversas actividades profissionais, podendo ainda participar em agrupamentos complementares de sociedades e/ou celebrar outros contratos de associação, bem como adquirir acções ou quotas em sociedades de responsabilidade limitada, independentemente do respectivo objecto social, ainda que sujeitas a legislação especial.

Mediante prévia deliberação do Conselho de Administração, é igualmente permitida a participação da Sociedade em agrupamentos complementares de sociedades, bem como em sociedades com objecto social idêntico ou semelhante ao seu, na qualidade de sócia de responsabilidade limitada.

A Pay4all é uma instituição financeira não bancária, nos termos do n.º 2 do artigo 12.º da Lei de Bases das Instituições Financeiras, classificada como Sociedade Prestadora de Serviços de Pagamento, tendo sido autorizada pelo Banco Nacional de Angola em Agosto de 2021, sob o registo especial n.º 426.

A actividade operacional da Sociedade teve início em Fevereiro de 2023, após a implementação de todas as condições estruturais e regulamentares necessárias ao lançamento da actividade.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos pela Pay4all, em conformidade com o Plano de Contas das Instituições Financeiras Não Bancárias e nos termos da Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras, Lei n.º 14/21, de 19 de Maio.



Os elementos patrimoniais e de resultados são reconhecidos como activos, passivos, fundos próprios, proveitos e custos sempre que satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento previstos na Estrutura Conceptual, observando as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, prevalência da substância sobre a forma, neutralidade, plenitude e comparabilidade.

As demonstrações financeiras da Sociedade encontram-se expressas em Kwanzas. Os activos e passivos denominados em moeda estrangeira foram convertidos para moeda nacional com base na taxa de câmbio indicativa publicada pelo Banco Nacional de Angola em cada data de referência.

2.2 TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

Os resultados expressos em moeda estrangeira são registados de acordo com o princípio do sistema multimoeda, segundo o qual cada operação é reconhecida exclusivamente em função das moedas intervenientes. Nos termos deste método, os saldos contabilísticos expressos em moeda estrangeira são convertidos diariamente para Kwanzas, mediante a aplicação da média das taxas de câmbio de compra e venda publicadas pelo Banco Nacional de Angola.

Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, com excepção das imobilizações financeiras, são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio indicativa publicada pelo Banco Nacional de Angola na data da respectiva transacção.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os câmbios de referência do Kwanza (Kz) face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) e o Euro (EUR) eram as seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
USD	912,29	912,00
EUR	1069,52	949,48

2.3 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O Conselho de Administração define a classificação dos investimentos aquando do seu reconhecimento inicial, bem como a respectiva mensuração subsequente.

Um activo financeiro é inicialmente mensurado pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transacção directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, excepto quando classificado ao justo valor através de resultados, caso em que os custos de transacção são reconhecidos imediatamente como gastos do exercício.



A classificação dos activos financeiros depende do modelo de negócio adoptado pela Sociedade para a sua gestão e das características dos fluxos de caixa contratuais do respectivo instrumento financeiro, salvo nos casos em que o activo seja mensurado ao justo valor através de resultados.

Um activo financeiro é desreconhecido quando, e apenas quando, se extinguem os direitos contratuais ao recebimento dos respectivos fluxos de caixa ou quando o activo é transferido e tal transferência reúna as condições necessárias para o seu desreconhecimento.

Considera-se que um activo financeiro é transferido quando, e apenas quando, sejam transferidos os direitos contratuais ao recebimento dos respectivos fluxos de caixa ou, mantendo-se tais direitos, seja assumida uma obrigação contratual de os repassar a um ou mais beneficiários.

Nos casos em que os direitos contratuais ao recebimento dos fluxos de caixa sejam mantidos, a operação apenas é considerada como transferência se se verificarem cumulativamente as seguintes condições:

- (i) a Sociedade não tenha obrigação de efectuar pagamentos ao beneficiário, excepto na medida dos montantes efectivamente recebidos do activo original;
- (ii) a Sociedade se encontre impedida, nos termos do acordo de transferência, de vender ou onerar o activo original; e
- (iii) a Sociedade tenha a obrigação de entregar os fluxos de caixa recebidos sem atrasos materiais, não lhe sendo permitido reinvestir tais fluxos até ao momento do seu pagamento.

Sempre que a Sociedade altere o seu modelo de negócio para a gestão de activos financeiros, circunstância que se prevê ocorrer de forma rara e excepcional, procederá à reclassificação de todos os activos financeiros afectados, aplicando tal reclassificação prospectivamente a partir da data em que a alteração se torne efectiva.

2.4 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Nesta categoria são reconhecidos activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade definida, relativamente aos quais a Sociedade tem a intenção positiva e a capacidade financeira para os manter até à respectiva maturidade, e que não tenham sido designados noutra categoria de activos financeiros.



No momento do reconhecimento inicial, estes activos são registados ao custo amortizado, sendo subsequentemente mensurados pelo mesmo critério, através da aplicação do método da taxa de juro efectiva. O juro é calculado com base naquele método e reconhecido na margem financeira ao longo do período de vida do instrumento.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados sempre que existam indícios objectivos da sua ocorrência.

Qualquer reclassificação ou alienação de activos financeiros incluídos nesta categoria, que não seja efectuada numa data próxima da maturidade, implica a reclassificação integral da carteira para a categoria de activos financeiros disponíveis para venda, ficando a Sociedade impedida, durante um período de dois anos, de classificar novos activos financeiros como mantidos até ao vencimento.

2.5 IMPARIDADE DE ACTIVOS FINANCEIROS

As provisões para crédito são constituídas em conformidade com o disposto no Aviso do Banco Nacional de Angola n.º 8/12, de 30 de Março, que estabelece os critérios e metodologias para a classificação do crédito e para o cálculo das respectivas provisões pelas instituições financeiras, incluindo as sociedades prestadoras de serviços de pagamento.

Nos termos do referido Aviso, os créditos são objecto de análise periódica, sendo classificados de acordo com o seu nível de risco e o grau de incumprimento verificado, tendo por base critérios objectivos definidos regulamentarmente. A cada classe de risco corresponde uma percentagem mínima de provisão, a qual deve ser aplicada sobre o montante em dívida, incluindo capital e juros vencidos.

A constituição, reforço ou reversão das provisões é reconhecida em resultados do exercício, em função da evolução do risco de crédito associado às operações. O cálculo das provisões é efectuado de forma sistemática e prudente, assegurando o cumprimento das exigências regulamentares e a adequada cobertura dos riscos inerentes à carteira de crédito.

2.6 RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados relativos a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, integrando a margem financeira, sendo apurados de acordo com o método da taxa de juro efectiva.



O cálculo da taxa de juro efectiva inclui as comissões pagas ou recebidas que sejam consideradas parte integrante da referida taxa, bem como os custos de transacção e quaisquer prémios ou descontos directamente associados à operação, sendo estes distribuídos ao longo da vida do instrumento financeiro.

2.7 RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos provenientes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios contabilísticos:

- Sempre que os rendimentos sejam gerados de forma contínua, à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no exercício a que respeitam, em conformidade com os princípios estabelecidos na IFRS 15 – Rédito de Contratos com Clientes;
- Quando os rendimentos resultem da prestação de um serviço específico ou de natureza pontual, o respectivo reconhecimento é efectuado no momento em que o serviço se encontra substancialmente concluído e o direito à contraprestação esteja adquirido, nos termos da IFRS 15;
- Sempre que as comissões constituam parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os respectivos proveitos são reconhecidos na margem financeira, de acordo com o método da taxa de juro efectiva previsto na IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

2.8 OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Os outros activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade, adoptando-se o modelo do custo.

O custo de aquisição compreende o preço de compra e todas as despesas directamente atribuíveis à aquisição do activo e necessárias para o colocar no local e nas condições de funcionamento pretendidas pela Sociedade.

As despesas de manutenção e reparação corrente são reconhecidas como custos do exercício em que são incorridas, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

Os dispêndios subsequentes apenas são capitalizados como activo separado quando seja provável que deles resultem benefícios económicos futuros adicionais e o respectivo montante possa ser mensurado com fiabilidade. Caso contrário, são reconhecidos como custo no período em que são incorridos.



Os terrenos não são amortizados. Os restantes activos fixos tangíveis são amortizados ao longo da respectiva vida útil estimada, pelo método das quotas constantes, de forma sistemática e consistente com o padrão de consumo dos benefícios económicos futuros incorporados nos activos.

Descrição	Vida útil (anos)	Vida útil (anos)
Equipamento administrativo	3	3
Equipamento básico	3	3
Edifícios e outras construções	10	10

As vidas úteis estimadas, os valores residuais e os métodos de depreciação são objecto de revisão em cada data de relato, sendo os efeitos de eventuais alterações reconhecidos prospectivamente.

Os activos fixos tangíveis são desreconhecidos aquando da sua alienação ou quando deixem de se esperar benefícios económicos futuros da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda resultante do desreconhecimento corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor da contraprestação recebida, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorre.

2.9 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, o qual compreende o respectivo preço de compra, líquido de abatimentos e descontos, acrescido de todos os dispêndios directamente atribuíveis à sua aquisição, implementação e colocação em condições de funcionamento. Quando aplicável, incluem igualmente custos de desenvolvimento que satisfaçam os critérios de reconhecimento estabelecidos nas normas contabilísticas aplicáveis.

Subsequentemente, a Sociedade adopta o modelo do custo, nos termos do qual os activos intangíveis são mensurados pelo custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas e, quando aplicável, de perdas por imparidade acumuladas.

Os activos intangíveis com vida útil finita são amortizados de forma sistemática ao longo da respectiva vida útil estimada, pelo método das quotas constantes, reflectindo o padrão de consumo dos benefícios económicos futuros associados.

As amortizações são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica Depreciações e Amortizações do Exercício.

As vidas úteis estimadas e os critérios de amortização são revistos em cada data de relato, sendo eventuais alterações tratadas de forma prospectiva.



A amortização dos activos intangíveis tem início no momento em que os mesmos se encontram disponíveis para o uso pretendido pela Sociedade, isto é, quando estejam nas condições necessárias para operar da forma prevista pela gestão.

As vidas úteis estimadas e os métodos de amortização são objecto de revisão em cada data de relato, sendo os efeitos de eventuais alterações reconhecidos prospectivamente, a partir do período em que as mesmas se tornem efectivas.

Os activos intangíveis são desreconhecidos aquando da sua alienação ou quando deixem de se esperar benefícios económicos futuros da sua utilização ou alienação. Os ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento correspondem à diferença entre o valor da contraprestação recebida, quando aplicável, e a quantia escriturada do activo à data do desreconhecimento, sendo reconhecidos na demonstração de resultados na rubrica de Resultados não Operacionais.

2.10 SOFTWARE

Os dispêndios incorridos com a aquisição de software a terceiros são capitalizados como activo intangível, desde que cumpram os critérios de reconhecimento aplicáveis. Incluem-se igualmente os custos adicionais directamente atribuíveis à implementação, parametrização e colocação do software em condições de funcionamento.

Estes activos são amortizados pelo método das quotas constantes, ao longo da respectiva vida útil estimada, fixada em três anos. As amortizações são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica Depreciações e Amortizações do Exercício, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

2.11 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Sociedade considera como “Caixa e seus equivalentes” o montante total registado na rubrica Disponibilidades, a qual integra os saldos de caixa, depósitos à ordem e outros meios financeiros de liquidez imediata, livres de ónus ou restrições e prontamente convertíveis em numerário.

2.12 PROVISÕES

São reconhecidas provisões sempre que exista uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável a ocorrência de um dispêndio de recursos incorporando benefícios económicos futuros e cujo montante possa ser mensurado com fiabilidade.



O valor da provisão corresponde à melhor estimativa do montante necessário para liquidar a obrigação à data do balanço, tendo em consideração os riscos e incertezas associados, bem como a melhor informação disponível à data de encerramento das demonstrações financeiras. A decisão quanto ao reconhecimento e mensuração das provisões é suportada na avaliação efectuada pelo Conselho de Administração relativamente aos processos em curso e às expectativas quanto aos fluxos de caixa futuros.

Caso não seja provável a ocorrência de uma saída de recursos, a obrigação é classificada como passivo contingente.

Passivos contingentes

Considera-se passivo contingente:

- a)** Uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais acontecimentos futuros incertos, não totalmente sob o controlo da Sociedade; ou
- b)** Uma obrigação presente que resulte de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida por não ser provável que venha a exigir um dispêndio de recursos ou por não ser possível mensurar o respectivo montante com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo objecto de divulgação nas notas, salvo quando a possibilidade de saída de recursos seja remota. Sempre que aplicável, podem ser registados em contas extrapatrimoniais. Os passivos contingentes são reavaliados periodicamente. Caso passe a ser provável a ocorrência de uma saída de recursos relativamente a um item anteriormente classificado como passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que ocorra a alteração da estimativa.

As provisões constituídas pela Sociedade destinam-se a cobrir responsabilidades prováveis, incluindo, designadamente, perdas associadas a activos não recuperáveis, fraudes, falhas de caixa e outras contingências operacionais.

Activos contingentes

Um activo contingente corresponde a um possível activo resultante de acontecimentos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais acontecimentos futuros incertos, não totalmente sob o controlo da Sociedade. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo apenas objecto de divulgação nas notas, salvo quando a possibilidade de realização seja remota. Sempre que aplicável, podem igualmente ser registados em contas extrapatrimoniais.



Quando a realização de proveitos associados a um activo contingente se torne praticamente certa, o activo e o correspondente rendimento são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que ocorra a alteração da estimativa.

2.13 OUTRAS OBRIGAÇÕES

As outras obrigações, designadamente contas a pagar a fornecedores e outros passivos correntes, são, em regra, registadas ao custo histórico.

Em circunstâncias excepcionais, as contas a pagar podem ser mensuradas pelo respectivo valor de liquidação, sempre que este seja inferior ao valor nominal.

Os saldos de fornecedores e demais passivos correntes são inicialmente reconhecidos pelo seu valor nominal, sendo posteriormente ajustados, quando aplicável, para reflectir:

- Juros vencidos relativos a dívidas não liquidadas na data de vencimento;
- Diferenças de câmbio não realizadas, determinadas pela aplicação da taxa de câmbio de fecho às responsabilidades expressas em moeda estrangeira à data de relato.

As contas a pagar são reconhecidas no momento em que a obrigação se torna exigível, em conformidade com os respectivos termos e condições contratuais e com o princípio da especialização dos exercícios.

2.14 BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo concedidos aos empregados compreendem, designadamente, salários base, remunerações por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e de assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de transporte, subsídios de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras prestações remuneratórias aprovadas pelo Conselho de Administração.

Incluem-se igualmente as contribuições obrigatórias para a Segurança Social, nos termos da legislação aplicável, bem como as faltas autorizadas e remuneradas. Podem ainda integrar esta categoria eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o respectivo pagamento esteja previsto ocorrer até doze meses após a data de encerramento do exercício.

As obrigações relativas a benefícios de curto prazo são reconhecidas como custo no período em que os serviços são prestados pelos empregados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo, o qual é liquidado no momento do respectivo pagamento.



2.15 IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

Os impostos sobre o lucro correspondem ao montante apurado com base no rendimento tributável do exercício, sendo calculados de acordo com a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada à data do balanço, incluindo eventuais ajustamentos relativos a exercícios anteriores.

O imposto sobre o lucro reconhecido em resultados compreende o imposto corrente e o imposto diferido. O imposto é registado na demonstração dos resultados, excepto quando se relaciona com itens reconhecidos directamente em capitais próprios, caso em que o respectivo efeito fiscal é igualmente reconhecido nessas rubricas.

O imposto corrente corresponde ao valor estimado a pagar às autoridades fiscais relativamente ao lucro tributável do exercício, determinado nos termos do Código do Imposto Industrial.

Nos termos do artigo 48.º do Código do Imposto Industrial, os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício podem ser deduzidos aos lucros tributáveis dos três exercícios subsequentes, dentro dos limites e condições legalmente estabelecidos.

A Sociedade encontra-se sujeita ao regime geral de tributação, nos termos da legislação fiscal em vigor em Angola, sendo o Imposto Industrial apurado com base no lucro tributável, correspondente ao resultado contabilístico ajustado de acordo com as disposições fiscais aplicáveis. Sobre o lucro tributável incide a taxa nominal de 35%.

As declarações fiscais apresentadas pela Sociedade encontram-se sujeitas a inspecção, revisão e eventual correcção por parte da Administração Geral Tributária, durante o prazo legal de cinco anos, o qual poderá ser alargado até dez anos nos casos previstos na lei, designadamente quando existam situações susceptíveis de diferentes interpretações da legislação fiscal ou outras circunstâncias legalmente enquadráveis.

2.16 OUTROS IMPOSTOS

Para além do Imposto Industrial, a Sociedade encontra-se igualmente sujeita a impostos indirectos e outras imposições fiscais previstas na legislação em vigor, designadamente Imposto Predial, Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), Imposto de Selo, bem como taxas e contribuições específicas aplicáveis à sua actividade.

O reconhecimento e liquidação destes impostos são efectuados em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, sendo registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.



2.17 SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

No âmbito da sua actividade, a Sociedade actua, sempre que aplicável, na qualidade de substituto tributário, procedendo à retenção na fonte dos impostos devidos por terceiros, os quais são posteriormente entregues ao Estado, nos prazos legalmente estabelecidos.

Nos termos do n.º 1 do artigo 67.º da Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, as prestações de serviços de qualquer natureza encontram-se sujeitas a tributação por retenção na fonte, à taxa de 6,5%, sempre que se verifiquem os pressupostos legais para o efeito.

As importâncias retidas são reconhecidas como passivos até à sua liquidação junto da Administração Geral Tributária.

2.18 PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na elaboração das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que influenciam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes reportados. Estas estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados, assim como em outros factores, incluindo expectativas quanto a acontecimentos futuros considerados prováveis, tendo em conta as circunstâncias e informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data das demonstrações financeiras. Todavia, poderão ocorrer eventos ou circunstâncias em exercícios subsequentes que não eram previsíveis à data de reporte e que não foram reflectidos nessas estimativas.

As alterações significativas a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data do balanço, serão reconhecidas prospectivamente nos resultados do exercício em que ocorram.

Os eventos posteriores à data do balanço são classificados da seguinte forma:

- Eventos que dão lugar a ajustamentos: fornecem informação adicional sobre condições existentes à data do balanço e são reflectidos nas demonstrações financeiras;
- Eventos que não dão lugar a ajustamentos: indicam condições surgidas após a data do balanço e, quando relevantes, são divulgados nas notas explicativas.

Os principais julgamentos efectuados pelo Conselho de Administração na aplicação das políticas contabilísticas da Sociedade, bem como as estimativas com maior impacto nos montantes reconhecidos, encontram-se descritos nas respectivas notas às demonstrações financeiras.



2.19 DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto Industrial. Os impostos sobre o rendimento, correntes ou diferidos, são reconhecidos nos resultados do exercício, salvo quando as transacções que os originam sejam registadas directamente em rubricas de capital próprio, caso em que o efeito fiscal é reconhecido nessas rubricas.

O cálculo da estimativa de imposto corrente relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 foi efectuado nos termos do Código do Imposto Industrial em vigor à data, aplicando-se a taxa de imposto de 25%.

As declarações fiscais da Sociedade estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos, podendo este prazo ser alargado até dez anos. Eventuais correcções ao lucro tributável poderão resultar de diferentes interpretações da legislação fiscal.

Variações cambiais não realizadas

Alterações potenciais nas rubricas de reavaliação de activos e passivos indexados a moeda estrangeira, excluídas das operações vencidas no exercício; Reavaliação da posição líquida de activos e passivos em moeda estrangeira durante o exercício.

Os pressupostos utilizados na determinação do imposto sobre o rendimento corrente e dos impostos diferidos permanecem sujeitos a ratificação por parte da Administração Geral Tributária. Diferentes interpretações e estimativas poderiam resultar em níveis distintos de imposto sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com o n.º 1 do artigo 48.º do Código do Imposto Industrial, os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício podem ser deduzidos aos lucros tributáveis dos cinco exercícios subsequentes.

Para apurar o montante global de impostos sobre os lucros, foi necessário recorrer a determinadas interpretações e estimativas. Existem transacções e cálculos cuja determinação do imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de operações.

Para efeitos de cálculo da estimativa de impostos, foram adoptados pressupostos com base no melhor entendimento e informação disponível à data do balanço, tendo em conta a experiência de exercícios anteriores e a legislação fiscal aplicável.

2.20 CÁLCULOS DAS PERDAS DE CRÉDITO ESPERADAS

As perdas por imparidade relativas a créditos são determinadas com base na constituição de provisões, em conformidade com o disposto no Aviso do Banco Nacional de Angola n.º 8/12, de 30 de Março.



Este Aviso estabelece os critérios para apuramento das provisões de crédito aplicáveis às sociedades prestadoras de serviços de pagamento, incluindo a avaliação do risco de incumprimento e a estimativa das perdas esperadas sobre os saldos de clientes e outros devedores.

2.21 JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos activos e passivos financeiros baseia-se, sempre que possível, nas cotações de mercado disponíveis. Na ausência destas, o justo valor é estimado através de modelos internos, recorrendo a técnicas de desconto de fluxos de caixa.

O valor obtido depende dos parâmetros adoptados nos modelos de avaliação, os quais incorporam algum grau de subjectividade e reflectem o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros.

As principais metodologias e pressupostos utilizados para a estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são os seguintes:

i) Disponibilidades e aplicações de liquidez: Estes activos são de curto prazo, pelo que o custo amortizado constitui uma estimativa razoável do seu justo valor.

ii) Títulos e valores mobiliários: Estes instrumentos financeiros são contabilizados ao justo valor. Sempre que disponíveis, as cotações de mercado (preço de compra – bid price) são utilizadas como base. Na ausência de cotações, o justo valor é estimado através de modelos numéricos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa, utilizando curvas de taxa de juro de mercado. Para instrumentos de muito curto prazo, são utilizadas taxas do mercado monetário interbancário. As taxas de juro para prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação apropriados. No caso da Pay4all, as taxas de juro de mercado são obtidas com base nas taxas dos bilhetes do tesouro para as várias maturidades.

iii) Outros activos e passivos financeiros: O justo valor destes instrumentos é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que os pagamentos das prestações ocorrem nas datas contratualmente estabelecidas. Por se tratar de instrumentos de muito curto prazo, o custo amortizado constitui uma aproximação razoável do seu justo valor.

2.22 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que forneçam informação adicional sobre condições existentes àquela data são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período, sendo os ajustamentos necessários reflectidos nos montantes reportados.



Por outro lado, os eventos que ocorram após a data da demonstração da posição financeira e que proporcionem informação sobre condições surgidas depois dessa data são divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras, sempre que sejam considerados materialmente relevantes.

NOTA 3. DISPONIBILIDADES

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubrica	31/12/2025	31/12/2024
Disponibilidades em Instituições Financeiras	584 908 141	721 282 595
Depósitos à ordem junto ao Banco BAI	584 908 141	721 282 595
Depósitos à ordem junto a EMIS	12 778 261	-
Total Disponibilidades Em Instituições Financeiras	597 686 401	721 282 595

A rubrica “Disponibilidades” em 2025 inclui depósitos à ordem em instituições financeiras, dos quais 584.908 mil Kwanzas encontram-se depositados no Banco BAI, sendo o remanescente mantido junto da EMIS. Em 2024, a totalidade dos depósitos encontrava-se aplicada no Banco BAI.

Em 2024, a rubrica “Disponibilidades” apresentava a totalidade dos seus saldos depositados junto do Banco BAI.

NOTA 4. APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubrica	31/12/2025	31/12/2024
Operações no mercado monetário interbancário	423 000 000	-
Mercado Monetário Interbancário	423 000 000	-
Total Aplicações De Liquidez	423 000 000	-

O saldo da rubrica “Aplicações de Liquidez” registou evolução significativa entre os exercícios:

Em 31 de Dezembro de 2024, o saldo desta rubrica era nulo. Em 31 de Dezembro de 2025, o saldo totalizou 423 000 mil Kwanzas, correspondendo a fundos depositados junto do Banco BAI.



Estas aplicações representam valores de muito curto prazo, altamente líquidos, facilmente convertíveis em caixa, e utilizados pela Sociedade para a gestão da liquidez corrente. Para efeitos de justo valor, o custo amortizado constitui uma estimativa razoável, dado o curto prazo e a natureza destes instrumentos.

NOTA 5. CRÉDITOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubrica	31/12/2025	31/12/2024
Créditos	78 393 716	4 907 954
Créditos	78 849 185	4 967 600
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(455 470)	(59 646)
Total Créditos	78 393 716	4 907 954

Em 31 de Dezembro de 2024, o total de créditos ascendia a 4.968 mil Kwanzas, referente ao capital em dívida. Adicionalmente, tinham sido constituídas provisões no valor de 58 mil Kwanzas para os produtos de crédito em vigor.

A distribuição destas provisões era a seguinte:

Descrição	Valor
Crédito Zungueira	KZ 41.000
Crédito Parceiros Pay4all	KZ 15.000
Crédito Acelera Já	KZ 4.000

Em 31 de Dezembro de 2025, o saldo total de créditos aumentou para 78.849 mil Kwanzas, sendo que aproximadamente 93% se encontra concentrado no produto “É-Kwanza Salário Já”. Para esta carteira, foram constituídas provisões no valor total de 455 mil Kwanzas, de acordo com os critérios previstos no Aviso do Banco Nacional de Angola n.º 8/12, de 30 de Março, relativo à constituição de provisões para perdas esperadas em créditos das sociedades prestadoras de serviços de pagamento.

As provisões constituídas reflectem a estimativa de perdas de crédito esperadas, considerando o risco de incumprimento dos clientes, e são periodicamente revistas para assegurar que correspondem ao nível de risco das carteiras de crédito da Sociedade.

NOTA 6. OUTROS VALORES A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:



Rubrica	31/12/2025	31/12/2024
Outros Valores	4 638 553 333	950 915 125
Outros de Natureza Social ou Estatutária		- 580 000 000
Outros Valores de Natureza Fiscal	260 870 868	196 907 753
Outros Valores de Natureza Cível	4 147 791 080	57 506 679
Outros Valores de Natureza Administrativa e de Comercialização	229 891 385	116 500 693
Total Outros Valores	4 638 553 333	950 915 125

A rubrica “Outros de Natureza Social ou Estatutária” apresentou uma variação de 100% pela conclusão do processo de realização do capital por parte dos accionistas.

A rubrica “Outros Valores de Natureza Fiscal” é composta integralmente por um crédito junto da AGT referente ao apuramento do IVA.

A rubrica “Outros Valores de Natureza Cível” encontra-se decomposta em valores a receber decorrentes de prestações de serviços aos clientes do Banco BAI no valor de 4.132.569 mil Kwanzas e Projecto Empoderamento Raparigas Aprendizagem Todo 9.060 mil Kwanzas.

A rubrica “Outros Valores de Natureza Administrativa e de Comercialização” refere-se a despesas antecipadas referentes a seguros no montante de 164.974 mil Kwanzas e licenças de software 46.090 mil Kwanzas.

NOTAS 7 e 8. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Valor bruto			Amortizações			Valor líquido	
	31/12/2024	Aquisições	31/12/2025	31/12/2024	Amortizações do exercício	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Imobilizações Corpóreas								
Diversas instalações	18 858 386	-	18 858 386	(1 832 721)	(1 570 904)	(3 403 624)	17 025 665	15 454 762
Equipamento informático	94 894 359	31 919 132	126 813 491	(35 976 559)	(33 523 518)	(69 500 077)	58 917 800	57 313 414
Equipamento social	4 403 568	1 548 513	5 952 081	(864 083)	(793 956)	(1 658 039)	3 539 486	4 294 042
Reclames Luminosos - Sinaléticas	4 651 392	1 215 000	5 866 392	(623 495)	(923 049)	(1 546 544)	4 027 897	4 319 848
Outras construções	10 235 685	1 730 000	11 965 685	(4 244 987)	(3 079 819)	(7 324 805)	5 990 698	4 640 880
Mobiliário	11 549 542	48 249 899	59 799 441	(5 002 787)	(4 852 681)	(9 855 469)	6 546 755	49 943 972
Equipamento de Transporte	101 010 920	211 943 292	312 954 212	(11 595 343)	(39 352 784)	(50 948 126)	89 415 578	262 006 086
Equipamento Administrativo	8 358 123	10 374 100	18 732 223	(762 170)	(2 469 130)	(3 231 300)	7 595 953	15 500 923
	253 961 975	306 979 936	560 941 911	(60 902 144)	(86 565 841)	(147 467 985)	193 059 831	413 473 926
Imobilizações Incorpóreas								
Sistemas de tratamento automático de dados	1 372 178 775	309 429 365	1 681 608 140	(261 110 851)	(304 123 930)	(565 234 781)	1 111 067 924	1 116 373 359
	1 372 178 775	309 429 365	1 681 608 140	(261 110 851)	(304 123 930)	(565 234 781)	1 111 067 924	1 116 373 359
Imobilizações Incorpóreas								
Instalações SEDE PAY4ALL	-	82 977 823	82 977 823	-	(2 833 983)	(2 833 983)	-	80 143 839
	1 372 178 775	309 429 365	1 681 608 140	(261 110 851)	(304 123 930)	(2 833 983)	-	80 143 839
Saldo total	2 998 319 525	925 838 666	3 924 158 191	(583 123 845)	(694 813 701)	(715 536 749)	1 304 127 756	1 609 991 124



	Valor bruto			Amortizações			Valor líquido	
	31/12/2023	Aquisições	31/12/2024	31/12/2023	Amortizações do exercício	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Imobilizações Corpóreas								
Diversas instalações	18 858 386	-	18 858 386	(261 817)	(1 570 904)	(1 832 721)	18 596 569	17 025 665
Equipamento informático	65 372 306	29 522 053	94 894 359	(11 070 150)	(24 906 409)	(35 976 559)	54 302 156	58 917 800
Equipamento social	3 427 570	975 998	4 403 568	(286 466)	(577 617)	(864 083)	3 141 104	3 539 486
Reclames Luminosos - Sinaléticas	2 404 506	2 246 887	4 651 392	(143 821)	(479 674)	(623 495)	2 260 685	4 027 897
Outras construções	8 316 368	1 919 317	10 235 685	(1 385 923)	(2 859 064)	(4 244 987)	6 930 445	5 990 698
Mobiliário	9 863 953	1 685 590	11 549 542	(1 732 350)	(3 270 437)	(5 002 787)	8 131 602	6 546 755
Equipamento de Transporte	-	101 010 920	101 010 920	-	(11 595 343)	(11 595 343)	-	89 415 578
Equipamento Administrativo	-	8 358 123	8 358 123	-	(762 170)	(762 170)	-	7 595 953
	108 243 089	145 718 887	253 961 975	(14 880 527)	(46 021 617)	(60 902 144)	93 362 561	193 059 831
Imobilizações Incorpóreas								
Sistemas de tratamento automático de dados	729 828 487	642 350 288	1 372 178 775	(41 515 594)	(219 595 257)	(261 110 851)	688 312 893	1 111 067 924
	729 828 487	642 350 288	1 372 178 775	(41 515 594)	(219 595 257)	(261 110 851)	688 312 893	1 111 067 924
Saldo total	838 071 576	788 069 175	1 626 140 750	(56 396 121)	(265 616 874)	(322 012 995)	781 675 455	1 304 127 756

Os principais movimentos registados na rubrica de Imobilizações Corpóreas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 referem-se essencialmente à aquisição de diversos veículos ligeiros, destinados às operações da Sociedade de prestação de serviço – Gestão de ATM's Remotos .

Estes activos foram incorporados ao património da empresa durante o período, contribuindo para o aumento do valor total das imobilizações corpóreas. O reconhecimento destes bens segue o modelo do custo, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e a depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida útil estimada de cada activo.

O principal movimento registado na rubrica de Imobilizações Incorpóreas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 refere-se, por um lado, aos investimentos mensais realizados no software da Pay4All, denominado É-Kwanza, e, por outro, às obras efectuadas em edifício alheio para albergar a sede da Entidade.

Estes investimentos destinam-se ao desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo da plataforma, com o objectivo de agregar valor à aplicação, melhorar funcionalidades e garantir a sua evolução tecnológica, assegurando a capacidade operacional da Sociedade em prestar serviços de pagamento de forma eficiente.

NOTA 9. OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubrica	31/12/2025	31/12/2024
Recursos de Terceiros em Trânsito	(355 916 359)	(417 575 988)
Gestor de Rede	(687 021)	(687 021)
Agentes	(61 854 425)	(175 872 549)
Comerciantes	(19 560 459)	(27 549 482)
Clientes	(234 409 180)	(182 546 081)
Vendedores	(39 405 274)	(30 920 854)
Recursos De Terceiros Em Trânsito	(355 916 359)	(417 575 988)



Em 31 de Dezembro de 2024, a rubrica de Recursos de Terceiros em Trânsito apresentava um saldo de 417.576 mil Kwanzas, referente a montantes a pagar a Clientes, Agentes, Vendedores, Comerciantes e Gestores de Rede relativos aos seus saldos em moeda digital no ecossistema É-Kwanza.

Em 2025, esta rubrica totalizou 355.916 mil Kwanzas, distribuídos pelas mesmas categorias de responsabilidades, nomeadamente montantes devidos a Clientes, Agentes, Vendedores, Comerciantes e Gestores de Rede, reflectindo uma redução do valor total dos recursos em trânsito no período. A maior variação dos saldos das personas do ecossistema é-kwanza entre 2025 e 2024 verifica-se na rubrica dos Agentes, sendo esta justificada pela reclassificação de saldos referentes ao dinheiro electrónico da Pay4all, os quais foram anteriormente registados como passivo, tendo-se concluído que correspondem, na realidade, a um activo.

NOTA 10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubrica	31/12/2025	31/12/2024
Outras Obrigações	(2 102 712 992)	(857 594 280)
Outras Obrigações de Natureza Fiscal	(10 812 068)	(3 851 006)
Outras Obrigações de natureza cível	(1 831 339 368)	(654 070 071)
Outras Obrigações de Natureza Administrativa e de Comercialização	(260 561 556)	(199 673 204)
Total Outras Obrigações	(2 102 712 992)	(857 594 280)

A rubrica “Outras Obrigações de Natureza Fiscal” integra os custos de impostos retidos a fornecedores nomeadamente retenção na fonte de fornecedores Lei 19/14.

A rubrica “Outras Obrigações de Natureza Cível” integra valores a pagar a fornecedores associados ao desenvolvimento do sistema core, bem como a outros fornecedores de bens e serviços relacionados com a actividade da Instituição, designadamente: Innovation Makers Angola, Lda., no montante de 601.920 mil Kwanzas; AGAP2IT – MOONGY, S.A., no montante de 228.451 mil Kwanzas; RCS, no montante de 212.281 mil Kwanzas; Infortel, no montante de 187.540 mil Kwanzas; e DGPW, no montante de 186.880 mil Kwanzas.

A rubrica “Outras Obrigações de Natureza Administrativa e de Comercialização” é composta por 251.047 mil Kwanzas referente a estimativa do subsídio de férias e mês de férias.

NOTA 11. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2025, esta rubrica tem a seguinte composição:



	Capital social	Outros instrumentos de capital	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	4 010 000 000	-	-	4 120 000 000	(4 473 936 838)	1 142 646 914	4 798 710 076

	Capital social	Outros instrumentos de capital	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	4 010 000 000	-	-	2 170 000 000	(1 839 414 159)	(2 634 522 680)	1 706 063 162

A estrutura accionista encontra-se decomposta da seguinte forma:

Estrutura acionista	Valor nominal	% capital	n.º de ações	Montante Capital
Banco BAI	5 000	83,79%	672 000	3 360 000 000
Helder Miguel Palege Jasse de Aguiar	5 000	4,49%	36 000	180 000 000
Nuno Alexandre da Silva Veiga	5 000	0,50%	4 000	20 000 000
Raquel dos Prazeres Henriques Fastudo do Amaral Gourgel	5 000	0,50%	4 000	20 000 000
Ivano de Carvalho Guedes Garrido	5 000	0,50%	4 000	20 000 000
Zembo Rafael Silva Rebelo de Macedo	5 000	0,50%	4 000	20 000 000
Acionistas Minoritários	5 000	9,72%	78 000	390 000 000
Total		100,00%	802 000	4 010 000 000

Adicionalmente, a rubrica “Outras Reservas” reflecte as prestações suplementares, e no exercício de 2025, o Accionista Banco BAI reforçou em 2.260.000 mil.

NOTA 12. PROVEITOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubrica	31/12/2025	31/12/2024
Proveitos de Instrumentos Financeiros	24 630 767	20 775 574
Proveitos de Instrumentos Financeiros	24 630 767	20 775 574
Total Proveitos De Instrumentos Financeiros	24 630 767	20 775 574

A rubrica “Juros de Instrumentos Financeiros” corresponde aos proveitos obtidos com os Depósitos a Prazo mantidos junto do Banco BAI, enquanto entidade relacionada.

NOTA 13. RESULTADOS DE OPERAÇÕES CAMBIAIS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:



Rubrica	31/12/2025	31/12/2024
Resultados de Operações Cambiais	(82 451 416)	(19 726 197)
Resultados por variações cambiais não realizadas	(4 494 749)	(4 719 419)
Resultados por variações cambiais realizadas	(77 956 667)	(15 006 779)
Total Resultados De Operações Cambiais	(82 451 416)	(19 726 197)

À data de 31 de Dezembro de 2025, a rubrica “Resultados de Operações Cambiais” regista o montante de 82.451 mil Kwanzas. Este montante resulta das variações cambiais verificadas entre o momento do reconhecimento contabilístico das operações com fornecedores estrangeiros e o respectivo pagamento das obrigações em moeda estrangeira. Contempla ainda a reavaliação cambial dos saldos a pagar em moeda estrangeira existente à data de reporte.

NOTA 14. RESULTADOS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubrica	31/12/2025	31/12/2024
Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	33 349 469	3 149 062
Comissão pela utilização de crédito	18 182 417	2 495 515
Tarifa Interparticipante - Kwik	12 778 261	-
Comissão sobre as transferências	11 356 929	5 499 940
Comissões por serviços bancários prestado	(8 968 137)	(4 846 393)
Total Resultados De Prestação De Serviços Financeiros	33 349 469	3 149 062

NOTA 15. CUSTOS COM PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubrica	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(2 241 195 264)	(1 552 038 270)
Vencimentos e salários	(1 359 667 513)	(962 910 005)
Outras remunerações	(738 979 467)	(488 826 859)
Encargos sociais e obrigatórios	(142 548 283)	(100 301 407)
Total Custos Com Pessoal	(2 241 195 264)	(1 552 038 270)

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Outras Despesas com o Pessoal” integra encargos associados aos órgãos sociais, conforme a seguinte decomposição:



31/12/2025				
	Conselho de Administração	Mesa de Assembleia	Conselho Fiscal	Total
Vencimentos e salários	(403 212 500)	(1 750 000)	(7 600 000)	(412 562 500)
Outras remunerações	(113 709 950)	-	-	(113 709 950)
Encargos sociais e obrigatórios	(35 221 788)	(140 000)	(600 000)	(35 961 788)
Treinamento	-	-	-	-
Empregados	-	-	-	-
Total Custos Com Pessoal	(552 144 238)	(1 890 000)	(8 200 000)	(562 234 238)

31/12/2024				
	Conselho de Administração	Mesa de Assembleia	Conselho Fiscal	Total
Vencimentos e salários	(290 750 000)	(3 400 000)	(3 555 556)	(297 705 556)
Outras remunerações	(136 723 231)	-	-	(136 723 231)
Encargos sociais e obrigatórios	(30 917 428)	(272 000)	(256 000)	(31 445 428)
Total Custos Com Pessoal	(458 390 659)	(3 672 000)	(3 811 556)	(465 874 215)

Nessas mesmas datas, o número total de colaboradores da Entidade ascendia a 120 e 49, respectivamente

NOTA 16. FORNECIMENTO DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubrica	31/12/2025	31/12/2024
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	(5 825 547 342)	(1 141 336 847)
Campanhas publicitárias promocionais	(72 912 240)	(40 178 254)
Serviços de informática, assistência técnica	(95 978 483)	(169 020 122)
Licenças de Software	(400 650 597)	(94 317 891)
Serviços técnicos prestados por Independentes	(194 896 459)	(129 241 994)
Rendas de imóveis	(46 253 499)	(40 435 308)
Serviço de vigilância e segurança das pessoas e bens da empresa	(39 767 769)	(18 165 978)
Serviço de Call Center	(48 462 640)	(43 550 563)
Serviços de consultoria e assistência jurídica	(25 291 118)	(29 640 216)
Serviços de limpeza, higiene e conforto	(15 086 246)	(10 975 490)
Outros serviços técnicos especializados	(1 044 035)	(28 843 507)
Serviço de Dados - Internet	(15 139 322)	(29 638 922)
Despesas de alojamento	(24 945 350)	(17 500 676)
Material de escritório	(14 748 168)	(7 396 572)
Despesas de representação	(3 821 127)	(6 303 723)
Material protecção, segurança e conforto	(23 365 619)	(12 887 669)
Serviços de conservação, reparação, de equipamento de carga e transporte	(44 268 191)	(29 121 448)
Outros alugueres	(19 376 595)	(6 452 255)
Serviços de transporte	(31 113 742)	(20 198 104)
Materiais publicitários	(56 875 306)	(45 486 982)
Serviço de consultoria e assistência em Marketing e Comunicação	(61 000 000)	(68 866 197)
Unidade adaptada a ATM Center	(2 955 351 293)	(208 183 500)
Custos Incorridos na gestão de TPA's	(792 000 000)	-
Custos Incorridos na gestão de MDA's	(24 375 000)	-
Outros Custos	(818 824 542)	(84 931 475)
Total Fornecimentos E Serviços De Terceiros	(5 825 547 342)	(1 141 336 847)



A rubrica “Fornecimentos e Serviços de Terceiros” apresenta uma variação entre 2025 e 2024 no montante de 4.684.210 mil Kwanzas explicada essencialmente pelo aumento registado na sub-rubrica “Unidade Adaptada ao ATM Center”, no âmbito da prestação de serviços ao Banco BAI relacionados com a comercialização de soluções de centralização.

NOTA 17. IMPOSTOS E TAXAS NÃO INCIDENTES SOBRE O RESULTADO

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubrica	31/12/2025	31/12/2024
Impostos e Taxas Não Incidentes sobre o Resultado	53 048 607	46 692 211
Imposto sobre aplicação de capital (IAC)	2 463 077	2 077 557
Taxas não incidentes sobre o resultado	341 213	820 000
Contribuição Especial sobre Operações Cambiais de Invisíveis Correntes	46 202 386	41 946 999
Outros impostos	4 041 932	1 847 654
Total Impostos E Taxas Não Incidentes Sobre O Resultado	53 048 607	46 692 211

NOTA 18. PENALIDADE APLICADA POR AUTORIDADES REGULADORAS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubrica	31/12/2025	31/12/2024
Penalidade Aplicadas Por Autoridades Reguladoras	1 618 254	1 031 712
Penalidade Aplicadas Por Autoridades Reguladoras	1 618 254	1 031 712
Total Penalidade Aplicadas Por Autoridades Reguladoras	1 618 254	1 031 712

À data de 31 de Dezembro de 2025, o referido valor diz respeito à coima paga à Administração Geral Tributária (AGT), motivada pelo incumprimento do prazo legal para a submissão da retenção na fonte, conforme previsto na legislação fiscal aplicável. Nomeadamente retenção da fonte da Lei 19/14 e Kz 1.442 mil Kwanzas e 177 mil Kwanzas de segurança social.

NOTA 19. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:



Rubrica	31/12/2025	31/12/2024
Depreciações de Imobilizações Corpóreas	(86 565 841)	(46 021 617)
Diversas instalações	(1 570 904)	(1 570 904)
Equipamento informático	(33 523 518)	(24 906 409)
Equipamento social	(793 956)	(577 617)
Reclames Luminosos - Sinaléticas	(923 049)	(479 674)
Outras construções	(3 079 819)	(2 859 064)
Mobiliário	(4 852 681)	(3 270 437)
Equipamento de Transporte	(39 352 784)	(11 595 343)
Equipamento Administrativo	(2 469 130)	(762 170)
Amortizações de Imobilizações Incorpóreas	(306 957 913)	(219 595 257)
Imobilizações Incorpóreas - Propriedade industrial e outros	(304 123 930)	(219 595 257)
Imobilizações Incorpóreas - Benfeitorias em imóveis de terceiros	(2 833 983)	-
Total Depreciações E Amortizações	(393 523 755)	(265 616 874)

NOTA 20. PROVISÕES SOBRE OUTROS VALORES E RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubrica	31/12/2024	Constituição	Redução	Utilização	31/12/2025
Crédito de Liquidação Duvidosa	(59 646)	(504 665)	108 841	-	(455 470)
Provisões para Responsabilidades Prováveis	-	(75 746 784)	-	75 746 784	-
Total Provisões Provisões Sobre Outros Valores E Responsabilidades Prováveis	(59 646)	(76 251 449)	108 841	75 746 784	(455 470)

OUTROS CUSTOS E PROVEITOS OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubrica	31/12/2025	31/12/2024
Outros Custos e Proveitos Operacionais	9 849 077 071	375 449 497
Pela prestação de serviços ao Projecto Empoderamento Reparígas Aprendizagem Todo	675 000 000	12 092 283
Receita na Serviços de apoio a gestão de tesouraria	639 541 287	89 823 215
Receita na Gestão do parque de ATMS	621 331 061	247 185 857
Receita na Gestão de cartões	-	11 976 429
Receita na Gestão do parque de TPAs	1 543 600 000	14 371 714
Receita na venda de ATM Center	6 369 604 723	-
Total Outros Custos E Proveitos Operacionais	9 849 077 071	375 449 497

NOTA 21. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubrica	31/12/2025	31/12/2024
Resultado Não Operacional	(598 000)	(7 395 055)
Resultado Não Operacional	(598 000)	(7 395 055)
Total Resultado Não Operacional	(598 000)	(7 395 055)

À data de 31 de Dezembro de 2025, a rubrica “Resultado não Operacional” é composta integralmente por custos de exercícios anteriores não aceites fiscalmente.



11.

**PARECER
DO AUDITOR INDEPENDENTE**



11. PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE

C&S – Assurance and Advisory

Audidores e Consultores

Inscrita na Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola com o nº E20180018

Registada na Comissão do Mercado de Capitais com o nº 001/AE/CMC/02-19

Membro Correspondente da RSM Internacional



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Ao Conselho de Administração da

Pay4All – Sociedade Prestadora de Serviços de Pagamentos, S.A.,

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Pay4All – Sociedade Prestadora de Serviços de Pagamentos, S.A., (“Sociedade”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2025 que evidencia um total de 7.347.624.575 Kwanzas e um total de capital próprio de 4.888.995.223 Kwanzas, incluindo um resultado líquido de 1.232.932.062 Kwanzas e a Demonstração de Resultados por Natureza relativa ao exercício findo naquela data, bem como as Notas às Contas.
2. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo n.º 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Pay4All – Sociedade Prestadora de Serviços de Pagamentos, S.A. em 31 de Dezembro de 2025 e o resultado das suas operações para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola (Nota 2).

Base para a opinião

3. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola.
4. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Responsabilidade do Órgão de Gestão e do Órgão de Fiscalização pelas Demonstrações Financeiras

5. O Conselho de Administração é responsável pela:
 - preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola;
 - elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
 - criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
 - adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
 - avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.
6. O Conselho Fiscal é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

C&S – Assurance and Advisory, SA

Contribuinte n.º 5000028550

Capital Social de Kz 5.000.000

C.R. Comercial de Luanda, Matrícula 2018.109

Sede: Rua Kwamme Nkrumah, nº 31, 2º andar, letra B, LUANDA

Página 1 de 2



C&S – Assurance and Advisory

Audidores e Consultores

Inscrita na Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola com o n.º E20180018

Registada na Comissão do Mercado de Capitais com o n.º 001/AE/CMC/02-19

Membro Correspondente da RSM Internacional



Responsabilidade do Auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras

7. A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável em emitir uma opinião independente sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorção material com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou em erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.
8. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:
 - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
 - Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
 - Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração;
 - Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas actividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas actividades;
 - Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - Comunicamos com os Administradores, incluindo o Conselho Fiscal, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.
9. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Luanda, 6 de Março de 2026

C&S – Assurance and Advisory, S.A.

Registada na Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola com o n.º E20180018 e na

Comissão de Mercado de Capitais com o n.º 001/AE/CMC/02-19

Representada por:

Henrique Manuel Camões Serra
(Perito Contabilista n.º 20130167)

C&S – Assurance and Advisory, SA

Contribuinte n.º 5000028550

Capital Social de Kz 5.000.000

C.R. Comercial de Luanda, Matrícula 2018.109

Sede: Rua Kwamme Nkrumah, n.º 31, 2.º andar, letra B, LUANDA

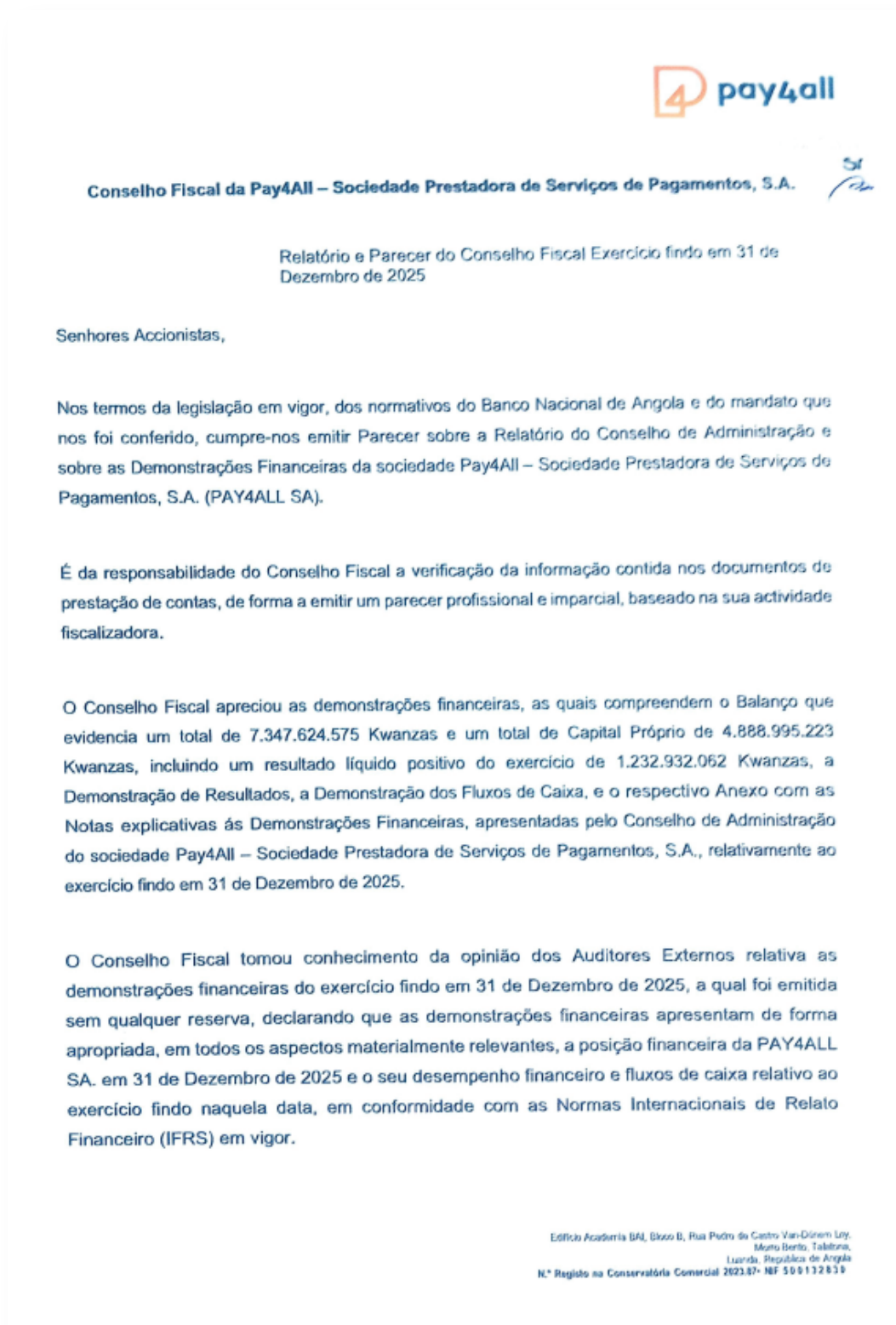
Página 2 de 2

12.

**RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL**



12. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL





Em conformidade com o exposto e tendo em consideração o trabalho desenvolvido, este Conselho Fiscal propõe:

- a) A aprovação das demonstrações financeiras do exercício de 2025.
- b) A aprovação do Relatório de Gestão do exercício de 2025.

Expressamos os nossos agradecimentos pela colaboração prestada pelo Conselho de Administração e Comissão Executiva, Direcções e demais colaboradores da PAY4ALL SA.

Luanda, aos 25 de Março de 2026

O Presidente

Nelson Filipe Valverde Batista Cristóvão

Angocontas Consultoria Financeira e Informática Lda
representada por Nelson Filipe Valverde Batista Cristóvão

1º Vogal

Sivietlana Ventura

Sivietlana Lima Ventura

2º Vogal

Bartolomeu José Gonçalves de Paiva

Bartolomeu José Gonçalves de Paiva



RELATÓRIO & CONTAS 2025

www.pay4all.ao

